

PUCRS

FACULDADE DE ADMINISTRAÇÃO, CONTABILIDADE E ECONOMIA  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ECONOMIA DO DESENVOLVIMENTO  
MESTRADO EM ECONOMIA DO DESENVOLVIMENTO

CAMILA SCHOLZ BASSOTTO

**DIFERENCAS EDUCACIONAIS DOS FILHOS DE FAMÍLIAS CHEFIADAS POR MULHERES  
NA REGIÃO METROPOLITANA DE PORTO ALEGRE**

Porto Alegre  
2018

PÓS-GRADUAÇÃO - *STRICTO SENSU*



Pontifícia Universidade Católica  
do Rio Grande do Sul

**PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DO RIO GRANDE DO SUL  
FACULDADE DE ADMINISTRAÇÃO, CONTABILIDADE E ECONOMIA  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ECONOMIA DO DESENVOLVIMENTO  
MESTRADO EM ECONOMIA DO DESENVOLVIMENTO**

**CAMILA SCHOLZ BASSOTTO**

**DIFERENÇAS EDUCACIONAIS DOS FILHOS DE  
FAMÍLIAS CHEFIADAS POR MULHERES  
NA REGIÃO METROPOLITANA DE PORTO ALEGRE**

**Porto Alegre**

**2018**

**CAMILA SCHOLZ BASSOTTO**

**DIFERENÇAS EDUCACIONAIS DOS FILHOS DE  
FAMÍLIAS CHEFIADAS POR MULHERES  
NA REGIÃO METROPOLITANA DE PORTO ALEGRE**

Dissertação apresentada como quesito para o grau de Mestre pelo Programa de Pós-Graduação em Economia do Desenvolvimento da Faculdade de Administração, Contabilidade e Economia da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul.

Orientador: Prof. Dr. Adalmir Antonio Marquetti

**Porto Alegre**

**2018**

## Ficha Catalográfica

B322d Bassotto, Camila Scholz

Diferenças Educacionais dos Filhos de Famílias Chefiadas por Mulheres na Região Metropolitana de Porto Alegre / Camila Scholz Bassotto . – 2018.

65 f.

Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Economia do Desenvolvimento, PUCRS.

Orientador: Prof. Dr. Adalmir Antônio Marquetti.

1. Chefia Familiar. 2. Mulher Chefe de Família. 3. Educação. 4. PED. I. Marquetti, Adalmir Antônio. II. Título.

Elaborada pelo Sistema de Geração Automática de Ficha Catalográfica da PUCRS  
com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

Bibliotecário responsável: Marcelo Votto Teixeira CRB-10/1974

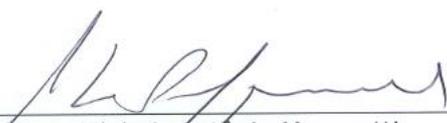
**Camila Scholz Bassotto**

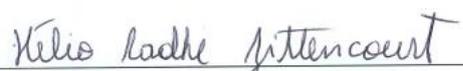
**DIFERENÇAS EDUCACIONAIS DOS FILHOS DE FAMÍLIAS CHEFIADAS POR  
MULHERES NA REGIÃO METROPOLITANA DE PORTO ALEGRE**

Dissertação apresentada como requisito parcial para a obtenção do grau de Mestre em Economia; pelo Mestrado em Economia do Desenvolvimento da Escola de Negócios da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul.

Aprovado em 28 de março de 2018, pela Banca Examinadora.

BANCA EXAMINADORA:

  
Prof. Dr. Adalmir Antonio Marquetti

  
Prof. Dr. Hélio Radke Bittencourt

  
Prof. Dr. Alfredo Gugliano

## **AGRADECIMENTOS**

A Deus, por ter me conduzido até aqui.

Aos meus pais, que sempre me deram todo o suporte e o carinho necessário, tornando essa conquista possível.

Ao Rodrigo, pelo apoio e carinho.

Ao Prof. Dr. Adalmir Antonio Marquetti, que se dispôs a me orientar durante este trabalho.

À família, amigos e colegas, meu muito obrigada.

## RESUMO

O conceito de chefia familiar está se alterando para que seja identificado como chefe a pessoa que é responsável pela família. A chefia familiar feminina, no entanto, ainda pode estar associada a normas culturais que impedem que a mulher seja chefe de família na presença de um homem. Nesses casos, as mulheres são consideradas chefes apenas em famílias monoparentais, e essas famílias são associadas ao fenômeno da feminização da pobreza. Sabe-se que a educação dos pais tem grande influência na educação dos filhos; por isso, esse trabalho objetivou verificar se a chefia familiar feminina influencia na educação dos filhos, no período de 1996, 2006 e 2016, na região metropolitana de Porto Alegre. Construiu-se um modelo e processou-se a base de dados da PED – Pesquisa de Emprego e Desemprego –, utilizando o *software* IBM SPSS Statistics 20, em uma regressão linear. Entre os resultados, destacam-se: o sinal positivo para o coeficiente da variável da educação da mãe; o sinal negativo do coeficiente estimado para família chefiada por mulher; e o sinal positivo verificado na variável da mulher ser chefe de família combinada com ter alta educação.

**Palavras-chave:** Chefia familiar. Mulher chefe de família. Educação. PED.

## ABSTRACT

The concept of household headship is changing so that the person who is responsible for the family itself is identified as the head of household. Female household headship, however, may still be associated with cultural norms that prevent a woman from being the head of household in the presence of a man. In these cases, women are only considered as heads in single-parent families, and these families are associated with the phenomenon of the feminization of poverty. It is known that parental education has a great influence on the education of children; Therefore, this study aimed to verify if the female household headship influences the education of the children, in the period of 1996, 2006 and 2016, in the metropolitan region of Porto Alegre. A model was constructed and the database of *PED – Pesquisa de Emprego e Desemprego* - was processed using the IBM SPSS Statistics 20 software, in a linear regression. Among the results the following stands out: the positive sign for the coefficient of the mother's education variable, the negative sign of the coefficient estimated for the female household headship and the positive sign found in the variable of women as head of household combined with women having high education.

**Keywords:** Household headship. Women as head of household. Education. PED.

## **LISTA DE TABELAS**

Tabela 1 – Percentual de Famílias Chefiadas por Mulheres.....	53
Tabela 2 – Chefia Feminina e Participação do Filho no Mercado de Trabalho.....	53
Tabela 3 – Coeficientes da Regressão.....	53

## SUMÁRIO

<b>1</b>	<b>INTRODUÇÃO .....</b>	<b>9</b>
<b>2</b>	<b>GÊNERO E PAPEL DA MULHER.....</b>	<b>12</b>
	2.1 <i>Educação como poder de escolha .....</i>	<i>12</i>
	2.2 <i>Participação no mercado de trabalho, desigualdade de gênero e feminização da pobreza.....</i>	<i>13</i>
<b>3</b>	<b>ARRANJOS FAMILIARES E CHEFIA FEMININA.....</b>	<b>17</b>
	3.1 <i>Trabalhos realizados em países desenvolvidos .....</i>	<i>17</i>
	3.2 <i>Trabalhos realizados em países subdesenvolvidos.....</i>	<i>28</i>
<b>4</b>	<b>AVALIAÇÃO EMPÍRICA DA CHEFIA FEMININA NA EDUCAÇÃO DOS</b>	
<b>FILHOS .....</b>		<b>48</b>
	4.1 <i>Hipóteses .....</i>	<i>48</i>
	4.2 <i>Modelo .....</i>	<i>48</i>
	4.3 <i>Base de Dados .....</i>	<i>50</i>
	4.4 <i>Resultados .....</i>	<i>52</i>
<b>5</b>	<b>CONCLUSÃO.....</b>	<b>56</b>

## 1 INTRODUÇÃO

O período após a Segunda Guerra Mundial foi marcado por questionamentos sobre a família e o papel de homens e mulheres. Com a guerra, as mulheres assumiram os negócios familiares e a posição dos homens no trabalho, uma vez que esses estavam nas frentes de batalha. A ascensão profissional da mulher, associada ao surgimento dos contraceptivos, da possibilidade do aborto e do divórcio, contribuíram para o declínio do modelo tradicional familiar (Borsa e Feil, 2008) e para a nova conceituação de “chefe de família”: morador (homem ou mulher) considerado pelos demais como o responsável pelo domicílio (ou pela família)<sup>1</sup>.

No Comunicado nº 65 do IPEA – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada - Fontoura e Pedrosa (2010) destacam que a identificação de chefe da família pode ser dada a quem assume a responsabilidade com os cuidados da casa e com os filhos ou, ainda, a quem responde prioritariamente pela manutenção econômica do lar. As autoras afirmam que existe um aumento do número de famílias que identificam uma mulher como chefe; no período de 2001 a 2009, os dados da PNAD – Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios – evidenciam a continuidade do aumento da proporção de famílias chefiadas por mulheres no Brasil – o percentual nesse intervalo de tempo subiu de aproximadamente 27% para 35%.

O termo “chefia feminina”, de acordo com Berquó (2002), pode referir-se aos seguintes grupos de mulheres:

*“1- uma mulher solteira, separada ou viúva, com filhos, tendo ou não parentes e/ou agregados”;*

*“2- mulher solteira, separada ou viúva, sem filhos morando em casa, ou porque não os teve, ou porque, adultos, já saíram de casa ou já faleceram, tendo ou não parentes e/ou agregados vivendo no domicílio”;*

*“3 - mulher solteira, separada ou viúva, morando sozinha”;*

*“4 - mulher casada chefiando a família mesmo tendo um marido ou companheiro morando em casa”.* (Berquó, 2002, p.246).

Para Mendes (2002) o entendimento do termo “chefia feminina” geralmente é associado à negação da chafia masculina, seja pela ausência do parceiro no domicílio, seja pela condição de viúvas, mães solteiras, ou separadas com dependentes. Outras questões que

---

<sup>1</sup> Conceito de “chefe de família” retirado da documentação da base de dados da PED – Pesquisa de Emprego e Desemprego, que pode ser encontrada em <http://ped.fee.tche.br/microdados/>.

se colocam ainda como fundamentais para o entendimento da “chefia”, são aquelas relacionadas à necessidade de delimitação das categorias consideradas na análise, como por exemplo, a referência que se toma para falar de chefia é o grupo doméstico ou a família? Que modelos de família são considerados? A chefia deve estar sempre relacionada à provisão econômica, ou diz respeito também à autoridade? Ocorre chefia feminina com a presença masculina no domicílio?

Nas últimas décadas, as mulheres alcançaram maior escolaridade e aumentaram sua participação no mercado de trabalho; relacionado a isto está o aumento do número de famílias chefiadas por mulheres. Entretanto, outro fenômeno associado a este aumento é o da feminização da pobreza, isto é, relaciona-se às famílias com chefia feminina a ausência de um cônjuge, o que, sendo a renda das mulheres muitas vezes inferior à renda dos homens, limita-se ainda mais as fontes de renda da família (Fontoura e Pedrosa, 2010).

Sabe-se que a educação dos pais tem grande influência na educação dos filhos (Bourguignon, Ferreira e Menéndez, 2007). Assim, o objetivo geral desta pesquisa é verificar se a chefia familiar feminina influencia na educação dos filhos, no período de 1996, 2006 e 2016, na região metropolitana de Porto Alegre.

Como objetivos específicos relacionam-se os seguintes:

- a) investigar a evolução dos tipos de famílias na região e no período observado;
- b) verificar qual a diferença educacional dos filhos, considerando duas mulheres com a mesma educação, uma sendo chefe de família e a outra fazendo parte de uma família tradicional;
- c) verificar a hipótese de que se a mulher é chefe de família associada ao fato da feminização da pobreza, a educação dos filhos será menor do que seria a de filhos de uma mulher com a mesma educação, que faz parte de uma família tradicional;
- d) verificar se em domicílios chefiados por mulheres há maior participação dos filhos no mercado de trabalho, e qual a influência desta participação na educação dos mesmos.

Para atingir os objetivos, este trabalho está dividido em quatro capítulos mais esta introdução. No primeiro capítulo apresentaremos uma breve revisão literária sobre a alteração do papel da mulher na sociedade frente sua educação e participação no mercado de trabalho.

No segundo capítulo, apresentaremos uma revisão da literatura empírica sobre impacto dos arranjos familiares na educação das crianças e sobre como a chefia familiar feminina influencia no arranjo familiar.

No terceiro capítulo, estimaremos um modelo econométrico, a partir do qual se analisará possíveis diferenças na educação dos filhos entre famílias com chefia feminina, seja devido à feminização da pobreza ou à maior escolaridade, e entre famílias tradicionais.

O quarto e último capítulo é dedicado à conclusão, onde apresentamos as considerações finais, as contribuições desta dissertação e, por fim, sugestões para trabalhos futuros.

## 2 GÊNERO E PAPEL DA MULHER

Neste capítulo, apresentaremos uma breve revisão da literatura sobre o papel da mulher na sociedade no que tange sua educação e participação no mercado de trabalho. Também discutiremos as desigualdades de gênero que surgem com essa participação e o conceito de feminização da pobreza.

### 2.1 Educação como poder de escolha

A educação – ou o acesso ao conhecimento e à informação – é essencial para que as mulheres consigam questionar, refletir e agir sobre as condições de suas vidas. A educação pode trazer mudanças na capacidade cognitiva, além de sugerirem uma mudança na relação de poder dentro e fora da casa.

Kabeer (2005) afirma que uma maneira de pensar sobre o poder é em termos da capacidade de fazer escolhas. Ser destituído de poder, para a autora, significa não poder escolher; assim, “empoderar-se” refere-se aos processos pelos quais as pessoas que não tiveram a possibilidade de fazer escolhas, passem a tê-la. Desta forma, o empoderamento implica mudança e, para que se tenha a habilidade de ter escolhido diferentemente, deve haver alternativas. Entretanto, as alternativas não devem apenas existir; elas também precisam ser percebidas como possíveis para existir.

As mulheres que, por exemplo, não reivindicam maior participação na alocação dos recursos domésticos, ou que aceitam a violência doméstica, fazem isso porque, para elas, não existe a possibilidade de se comportar de outra forma. Essas formas de comportamento podem ser ditas como "escolha" destas mulheres, mas na realidade é uma negação de escolha: se a forma primária de acesso de uma mulher aos recursos é como um membro dependente da família, sua capacidade de fazer escolhas estratégicas provavelmente será limitada. Assim, a autora destaca que as relações de poder são mais eficazes quando não são percebidas como tal.

Kabeer considera que é essencial que as mulheres consigam questionar, refletir e agir sobre as condições de suas vidas; para isso, é necessário que elas tenham acesso ao conhecimento e à informação. A educação pode trazer mudanças na capacidade cognitiva, além de sugerirem uma mudança na relação de poder dentro e fora da casa.

No entanto, a autora destaca que as mudanças associadas à educação provavelmente serão condicionadas pelo contexto em que é fornecida e pelas relações sociais que ela incorpora e promove. Quando o papel das mulheres na sociedade é definido em termos

reprodutivos, a educação é vista para equipar as mulheres para serem melhores esposas e mães, ou aumentar suas chances de conseguir um marido adequado, o que pouco serve para preparar as mulheres a questionarem o mundo ao seu redor, e o status de “subordinada” atribuído a elas.

Se os *policy makers* continuarem a ver os benefícios da educação das meninas em termos de melhorar a saúde e o bem-estar familiar, o desenho dos currículos educacionais não considerará o fato de que muito mais mulheres estão entrando no mercado de trabalho, fazendo contribuições para a renda familiar e chefiando suas próprias famílias. O conjunto de políticas que procurar melhorar o acesso das mulheres aos recursos, tanto educação, quanto acesso ao crédito, por exemplo, tem potencial de transformação, desde que seja de fato uma expansão das escolhas das mulheres, ao invés de apenas um “gesto simbólico de benevolência paternalista”.

## **2.2 Participação no mercado de trabalho, desigualdade de gênero e feminização da pobreza**

De acordo com Soares (2003), “o trabalho induz à cidadania, aos direitos de cidadania que oferecem um status de trabalho diferenciado em termos de renda, estabilidade, segurança do local de trabalho, controle sobre a qualidade e a quantidade das responsabilidades no trabalho” (pg 96). Com a Segunda Guerra Mundial, as mulheres assumiram os negócios familiares e a posição dos homens no trabalho, uma vez que estes estavam nas frentes de batalha.

A partir desta "feminização" da força de trabalho, as mulheres passaram a exercer uma opinião considerável em como seu dinheiro é gasto; assim, o trabalho remunerado tem o potencial de mudar o equilíbrio de poder dentro da família. No entanto, mesmo com o aumento do número de mão-de-obra no trabalho remunerado, as mulheres continuam sendo as principais responsáveis pelo trabalho doméstico; ou seja, as desigualdades de gênero parecem ser intensificadas (Kabeer, 2005).

Essa desigualdade na vida das mulheres, para Lima (2004), se agrava pelo modo como elas estão inseridas como trabalhadoras, vivenciando queda de salários, aumento da carga de trabalho e maior presença no mercado informal. As mulheres estão majoritariamente na economia informal e acumulam funções com a dupla jornada, pois são elas que substituem ou complementam necessidades coletivas, como o cuidado com as crianças e idosos, percebendo-se, assim, uma intensificação nas assimetrias das relações de gênero no mercado de trabalho globalizado (Soares, 2003).

Desta maneira, a possibilidade das mulheres adentrarem o mercado de trabalho vem depois da função designada pela sociedade de cuidar da família. Estas relações entre as esferas domésticas e profissionais podem ser divididas em três modelos, para Hirata e Kergoat (2007).

No “modelo tradicional” os papéis familiar e doméstico são assumidos inteiramente pelas mulheres, e o papel de provedor é atribuído aos homens. Segnini (2003) afirma que o papel social de responsabilidade pelos cuidados com os filhos, o cônjuge e a casa vem de um processo de socialização na qual essa forma de dominação é naturalizada. A autora também afirma que esse papel não tem a mesma motivação para todas as mulheres; algumas optam por essa responsabilidade, pois os salários auferidos pelas mesmas seriam inferiores aos custos que arcariam por deixarem aos filhos sob cuidados de outras pessoas. Outras fazem essa opção apoiada pelos cônjuges, com a concretização de um projeto familiar, no qual se inscrevem em papéis sociais de assimetria e hierarquias nas relações de gêneros – essas mulheres podem, posteriormente, encontrar dificuldades para retornar ao mercado de trabalho devido ao tempo que passaram longe.

A definição do “modelo de conciliação” aponta para uma nova divisão de papéis sociais, na qual as atividades familiares e domésticas não estariam mais sob incumbência das mulheres. Entretanto, as mulheres seguem como as principais responsáveis pelas tarefas domésticas, que se somam ao seu trabalho remunerado. É pela falta desta nova divisão de papéis que alguns autores querem substituir o termo “conciliação” por “contradição” ou “tensão”.

Por fim, o “modelo da delegação” é proposto pelas autoras devido ao crescimento da participação das mulheres na categoria de profissões de nível superior e de executivas; essas mulheres necessitam delegar as tarefas domésticas e familiares para outras pessoas, normalmente mulheres, e possuem os meios para tal. Contudo, Segnini (2003) destaca que, quando as mulheres de alta renda estão em situação de desemprego, as mulheres de baixa renda acabam por ficar desempregadas.

O desemprego leva aos trabalhos temporários, chamados “bicos”, que normalmente se referem a atividades consideradas femininas e não qualificadas, como faxinar, lavar e passar roupa (Segnini, 2003). Essas atividades são de baixa remuneração e agravam a situação do trabalho infantil, que evidencia uma sociedade desigual, na qual o acesso à educação não é universal.

Desse modo, as mulheres são mais duramente atingidas pelo desemprego, além de estarem em maior número em empregos precários e mal-remunerados (Guérin, 2003). Isso faz

com que elas estejam mais expostas à pobreza monetária e ao risco de endividamento excessivo, em especial quando se tratam de mães de família monoparental. As mulheres cada vez mais assumem o status de “chefe de família”, porém, continuam com a mesma dificuldade de ocupar empregos assalariados, possuir acesso à propriedade, terra e crédito – trazendo-se o conceito de feminização da pobreza.

Em termos de definições e pressupostos básicos, um dos problemas sobre “feminização da pobreza” é que as mulheres são apresentadas como uma massa homogênea, ou são diferenciadas apenas pela razão que as levou para a chefia familiar (Chant, 2006). Observar a idade dessas mulheres, por exemplo, já auxiliaria a mostrar se o aumento da pobreza entre as mulheres é devido ao envelhecimento demográfico das populações, ou porque os hiatos de gênero na renda estão aumentando entre os jovens.

Outra questão apontada pela autora é ter a pobreza monetária como principal critério de definição, uma vez que há necessidade de abordar privações relacionadas ao gênero, abrangendo capacidades, meios de subsistência, subjetividades e exclusão social. Para ela, é necessário observar se a mulher tem acesso a terra e ao crédito, se tem poder de decisão, direitos legais, se é vulnerável à violência, ou se é respeitada e tratada com dignidade.

A autora também afirma que a renda familiar pode não ter relação com a pobreza das mulheres, porque essas podem não ser capazes de acessá-la. A alocação de recursos de maneira desigual pode levar à “pobreza secundária” entre as mulheres e crianças em famílias chefiadas por homens; assim, a capacidade de acessar e alocar recursos pode ser mais importante do que a quantidade de recursos das famílias destas mulheres. Deve-se levar isso em consideração ao identificar o “trade-off” das mulheres que optam em viver com dificuldades econômicas sendo chefe de família para que seja possível ter maior controle sobre suas vidas e o bem-estar de seus dependentes.

Além disso, Chant afirma que um número crescente de mulheres de todas as idades está trabalhando fora de casa, bem como executando a maior parte das tarefas domésticas não remuneradas. Os homens, por outro lado, além de não conseguirem ser o único, ou principal suporte econômico para suas famílias, não estão aumentando sua participação nas tarefas domésticas não remuneradas.

Assim, homens e mulheres são, muitas vezes, pobres por diferentes razões, vivem a pobreza de forma diferente, e têm diferentes capacidades para suportar e/ou sair da pobreza. Ao mesmo tempo em que as mulheres enfatizam ter poucas escolhas além de lidar com a pobreza em uma base diária, trabalhando dentro e fora de casa e se permitindo pouco tempo para descanso, os homens sentem-se no direito de “escapar” do fardo de ajudar suas próprias

famílias. Outro fator para compreender as dimensões da pobreza de gênero é observar à que se destina a renda das famílias pobres quando esta renda é controlada por homens ou por mulheres.

Kabeer (2005) conclui que as desigualdades de gênero são multidimensionais e não podem ser reduzidas a um conjunto de prioridades único e universalmente acordado. Ela também afirma que “pobreza” e “falta de poder” geralmente andam juntas, já que a incapacidade de satisfazer necessidades básicas, bem como a dependência do poder de outras pessoas para fazê-lo, exclui a capacidade de escolha significativa.

Por fim, Chant (2006) afirma que é necessário aprimorar o conhecimento, a medição e os indicadores de pobreza de gênero, além de eliminar a afirmação de que as famílias chefiadas por mulheres são as "mais pobres entre os pobres". A autora ressalta que:

- “i) because female-headed households do not necessarily lack male members;*
- ii) because, free of a senior male “patriarch”, their households can become “enabling spaces” in which there is scope to distribute household tasks and resources more equitably; and*
- iii) because, unlike their counterparts in male-headed households who may co-reside with men who are “chief spenders” rather than “chief breadwinners”, female heads are unlikely to have to support spouses as well as children and other relatives”.* (Chant, 2006, p. 214).<sup>2</sup>

Assim, constata-se que as famílias com chefia feminina não surgem apenas das circunstâncias da pobreza. Perceber, como Chant, que podem existir mulheres chefes de famílias sem a ausência do homem na residência faz com o conceito de chefia familiar se transforme, e que o chefe passe a ser apontado pelos demais como o responsável pela família.

---

<sup>2</sup> Em tradução livre:

- i) Porque as famílias chefiadas por mulheres não necessariamente carecem de membros homens;
- ii) Porque, livre de um homem sênior, “patriarca”, suas famílias podem se tornar “espaços favoráveis”, na qual há margem para distribuir as tarefas domésticas e os recursos de forma mais equitativa; e
- iii) Porque, ao contrário de suas contrapartes em famílias chefiadas por homens, que podem coresidir com os homens que são os “chefes gastadores” ao invés de “chefes provedores”, é improvável que mulheres chefes tenham de apoiar os cônjuges, bem como crianças e outros parentes.

### **3 ARRANJOS FAMILIARES E CHEFIA FEMININA**

A seguir, apresentaremos alguns estudos empíricos de trabalhos que relacionam a chefia familiar a resultados dos agregados familiares. Os estudos foram divididos nas seguintes sessões:

3.1. Trabalhos realizados em países desenvolvidos.

3.2. Trabalhos realizados em países subdesenvolvidos.

Observa-se que os trabalhos realizados em países desenvolvidos abordam questões sobre a influência dos arranjos familiares na educação das crianças, enquanto os trabalhos de países subdesenvolvidos observam a influência da chefia familiar feminina no arranjo familiar.

#### **3.1 Trabalhos realizados em países desenvolvidos**

Na primeira seção deste capítulo, apresentamos alguns estudos realizados em países desenvolvidos. Esses estudos apresentam resultados sobre a influência das estruturas familiares na educação das crianças, bem como o fato da mãe trabalhar e da percepção dos pais quanto ao seu trabalho.

Com perspectiva similar à teoria defendida por Bourguignon, Ferreira e Menéndez (2007), de que a educação dos pais influencia a educação dos filhos, Hofferth e Sandberg (2001) observaram que o emprego materno afeta o uso do tempo das crianças durante o ano letivo e que a maneira que as crianças utilizam seu tempo está interligada com seu desempenho escolar.

Eles utilizaram dados de 1997 do Child Development Supplement para o Panel Study of Income Dynamics a fim de examinar como as crianças americanas menores de 13 anos gastam seu tempo. No estudo, foram abordadas quatro áreas-chave das atividades das crianças: (a) tempo que estão na escola e creche, (b) tempo reservado para jogos “livres” versus tempo aplicado em atividades organizadas, (c) tempo dedicado em atividades de aprendizado fora do horário escolar e (d) tempo para atividades familiares.

A educação dos pais está positivamente relacionada a atividades educacionais como leitura e estudo e negativamente associada à exibição de televisão. A estrutura e o tamanho da família afetam a capacidade dos pais de monitorar seus filhos e a disponibilidade de serem companheiros de brincadeiras. Crianças de pais solteiros gastam menos tempo em atividades educativas como a leitura, independentemente do status de emprego do adulto. No entanto, elas passam mais tempo em esportes estruturados.

As crianças passam mais tempo na creche se vivem com uma mãe empregada; como resultado, elas passam menos tempo em tudo o mais, incluindo brincadeiras, atividades estruturadas – como igreja, atividades familiares – como comer e dormir, e atividades educacionais – como a leitura. Elas também assistem menos televisão.

A renda familiar foi significativamente associada ao tempo que as crianças assistem à televisão, negativamente, e, positivamente, ao tempo gasto com as refeições e na creche. Já raça e etnia afetam a maioria das atividades; assim, crianças asiáticas gastam mais tempo em atividades educacionais em casa, crianças negras despendem mais tempo em atividades relacionadas com a igreja e, crianças hispânicas, em atividades familiares como comer e trabalhar em casa.

Os autores descobriram que as crianças que passam mais tempo lendo por prazer se saem melhor em testes cognitivos. Maior tempo de estudo, no entanto, pode significar ter dificuldade na escola; ou seja, esse tempo de estudo seria por necessidade de acompanhar as lições da escola. As atividades estruturadas estavam ligadas ao desenvolvimento cognitivo e emocional. As crianças que praticavam esportes eram melhores solucionadores de problemas e tinham menos problemas emocionais. Já o tempo gasto em atividades familiares está associado a menos problemas comportamentais.

Dessa maneira, os autores observaram que os tipos de atividades nas quais as crianças se envolvem são moldadas pelo seu contexto familiar, incluindo o emprego materno, a educação e a estrutura familiar. Os resultados sugerem que as características e decisões dos pais em relação ao casamento, tamanho da família e emprego afetam o tempo que as crianças gastam em atividades educacionais, estruturadas e familiares, o que pode afetar o desempenho escolar.

Para estudar a relação entre a estrutura familiar e o tempo materno com crianças, Kendig e Bianchi (2008) observaram 4.309 mães casadas e 1.821 mães solteiras com crianças com menos de 13 anos de idade. Menos tempo materno com as crianças parece ser atribuído principalmente a desvantagens sociais estruturais na localização de mães solteiras, ao invés de diferentes tendências para a maternidade entre mães casadas e solteiras.

Elas constataram que o tempo total que mães casadas passam com as suas crianças aumentou, enquanto que o tempo total das mães solteiras com as suas crianças diminuiu entre 1975 e 2000. Isto sugere uma potencial desigualdade crescente entre o tempo despendido das mães casadas e solteiras com seus filhos, mesmo que o tempo direto no cuidado da criança tenha aumentado para ambos os grupos de mães.

Algumas mulheres criam seus filhos sozinhas após separação ou divórcio do pai de seus filhos, mas um número crescente de mulheres se tornam mães antes mesmo de se casarem com o pai de sua criança. Estes dois grupos são bastante distintos em termos de recursos financeiros e também podem variar na sua capacidade de alocar tempo para os seus filhos. Além disso, uma mãe solteira pode viver sozinha ou com outros adultos, como seus pais, e esses outros adultos podem alterar o tempo da mãe com seus filhos. Para as autoras, é necessária maior atenção à diversidade de arranjos familiares de mães solteiras, a fim de retratar e interpretar com maior precisão as diferenças de alocações de tempo das mães no cuidado das crianças.

Elas avaliaram essas variações em duas medidas de envolvimento com as crianças: tempo em atividades de cuidados infantis primários e tempo total com as crianças. Além disso, as atividades de cuidados primários para com as crianças foram divididas em cuidados de rotina e atividades interativas, como ensino e brincadeiras com as crianças, a fim de avaliar se as mães diferem não só na quantidade, mas também na qualidade do tempo que passam com seus filhos.

Foram abordadas as três seguintes questões na pesquisa: (a) Mães que coabitam com outros adultos, e mães que não-coabitam alocam menos tempo com seus filhos do que as mães casadas? Se assim for, as diferenças permanecem após a inserção de características socioeconômicas e demográficas das mães e das crianças? (b) Considerando as mães solteiras – mães divorciadas ou separadas e as que nunca se casaram, que vivem sozinhas ou com outros adultos – existem diferenças no tempo com as crianças? (c) As inter-relações entre o tempo das mães com crianças e características maternas, tais como o emprego, e as características das crianças, tais como a idade do filho mais novo, são as mesmas para casadas, mães que coabitam e mães solteiras? Para responder essas questões, as autoras utilizaram o *American Time Use Survey (ATUS)* entre 2003 e 2004, para analisar a relação entre a estrutura familiar e o tempo das mães com seus filhos.

Uma das variáveis observadas no estudo é o cuidado infantil primário, recodificado em horas por dia, que é o tempo que as mães passam a se engajar em atividades de cuidados infantis como sua atividade principal no dia. Essas atividades incluem cuidados físicos e supervisão, ajuda e ensino, conversa e leitura, jogos no interior da casa e na rua, e cuidados médicos, bem como viagens relacionadas ao cuidado da criança e participações em eventos infantis. O tempo total despendido com a criança, em cuidados físicos, cuidados médicos e outros cuidados, é considerado como tempo de cuidados rotineiros; as demais atividades são consideradas como “tempo interativo”.

O estado civil das mães foi capturado por respostas que incluem (1) casadas - cônjuge presente, (2) casadas - cônjuge ausente, (3) viúvas, (4) divorciadas, (5) separadas, e (6) não casadas. As mães solteiras são definidas como aquelas que relatam estados civis 2 até 6; elas ainda foram separadas entre as que estão coabitando e as que não estão. Outras características observadas das mães são o estado de sua força de trabalho, sua escolaridade, sua renda, idade e etnia.

Das características das crianças, observou-se se um arranjo familiar incluía filhos biológicos, adotados e se havia enteados. Foi observada a idade do filho mais novo, que é uma variável contínua entre 0 e 12 anos de idade, além do número de crianças com menos de 13 anos de idade. O gênero das crianças também foi observado.

A amostra inclui mulheres de 15 a 64 anos de idade que residem com pelo menos um filho próprio com menos de 13 anos de idade no arranjo familiar. Das 6.136 mães da amostra, 73% são mães casadas, 4% são mães que coabitam com outros adultos, e 22% são mães solteiras. Entre as solteiras, 42% são divorciadas ou separadas e 52% nunca se casaram.

Kendig e Bianchi estimaram uma regressão de mínimos quadrados ordinários (MQO) das horas diárias das mães em atividades de assistência primária às crianças, cuidados de rotina, atividades interativas e tempo total com as crianças. Como resultado, constataram que mães solteiras gastam muito menos tempo com as crianças do que as mães casadas. Ao levar em consideração cada característica materna e infantil de forma independente, no entanto, elas observaram que as mães solteiras despendem significativamente mais tempo em atividades de cuidados primários e de rotina do que as mães casadas e despendem tempo similar em atividades interativas e tempo total com as crianças. As mães solteiras têm maiores taxas de emprego e tendem a ser menos educadas, características que são associadas com tempo de cuidado reduzido.

Mães que coabitam não diferem significativamente de mães casadas na quantidade ou tipo de tempo que passam com seus filhos. Elas são menos educadas e têm menor renda, mas têm crianças mais novas, o que aumenta a demanda de tempo. As mães solteiras que vivem com outros adultos, em que pelo menos um é empregado, são significativamente mais propensas a se envolver em atividades interativas de cuidados infantis, mas alocam menos tempo no cuidado rotineiro da criança do que aquelas que vivem sozinhas. Mães solteiras que moram com seus pais também são significativamente mais propensas a destinar tempo em atividades interativas do que as mães solteiras que moram sozinhas.

A descoberta central neste trabalho é que as mães solteiras gastam menos tempo com seus filhos do que as mães casadas. No entanto, as mães solteiras ainda passam de 83% a 90%

do tempo que as mães casadas passam com seus filhos, dependendo do subgrupo de mãe solteira. Se as mães solteiras e casadas fossem semelhantes em emprego, educação, idade materna e idade das crianças, as mães solteiras iriam destinar tanto tempo, ou mais, para seus filhos do que mães casadas em circunstâncias semelhantes.

Mães com ensino superior passam mais tempo em atividades rotineiras e interativas e mais tempo em geral com seus filhos do que as mães menos escolarizadas. As diferenças educacionais na qualidade e quantidade de tempo com as crianças podem ser grandes porque a educação aumenta a consciência da importância dos investimentos das mães na educação dos filhos, ou as leva a priorizar esses investimentos em relação a outros usos do tempo. Ainda, as diferenças educacionais podem refletir quem escolhe a maternidade. Atualmente, cerca de um quarto das mulheres, com idade entre 40 e 44 anos, não tem filhos, se têm um diploma universitário ou superior.

Considerando que o fato dos pais serem empregados afeta os resultados dos filhos, Perry-Jenkins e Gillman (2000) supunham que pais que avaliam mais positivamente os aspectos de seus trabalhos, como autonomia, controle e apoio de colegas de trabalho, teriam crianças que avaliariam mais positivamente seu próprio bem-estar. Para elas, não é o efeito direto do emprego que influencia as crianças, mas sim as formas em que o emprego pode influenciar o bem-estar dos pais, o relacionamento conjugal e a relação pai-filho, que tem consequências para o bem-estar das crianças. Assim, elas examinaram os vínculos entre as avaliações de diferentes dimensões do trabalho de pais da classe trabalhadora e o bem-estar psicológico de seus filhos.

Sugere-se que a falta de autonomia e controle inerente a muitos trabalhos *blue-collar*, ou “trabalhos de operários”, pode prejudicar o bem-estar psicológico dos trabalhadores, o que, por sua vez, pode ter consequências negativas para o bem-estar de seus filhos. Já um trabalho mais complexo e com maior autonomia estaria relacionado a menos problemas de comportamento em crianças. A hipótese de Perry-Jenkins e Gillman é que ambientes de trabalho mais positivos estarão diretamente ligados a um comportamento menos agressivo das crianças.

As autoras acreditam que a experiência de trabalho das mães solteiras tem efeito mais forte em seu próprio bem-estar e no bem-estar das crianças, do que de mães em famílias biparentais, uma vez que elas são as únicas provedoras da família. O fato de que as mães solteiras estão representadas de forma desproporcional em empregos de baixa remuneração e de baixo status sugere que possivelmente essas mulheres têm menor bem-estar em função do seu trabalho.

Para o estudo, as autoras coletaram dados de uma amostra de 50 famílias com dois provedores e 52 famílias monoparentais, cuja única provedora era a mãe, durante o outono de 1991 e a primavera de 1992. Uma vez que o objetivo da pesquisa era examinar as dimensões da experiência de trabalho em relação aos resultados individuais e familiares, os empregados da classe trabalhadora foram definidos como alocados em ocupações que geralmente incluíam supervisão pesada e ter pouca autonomia e controle. Para tanto, quatro empresas foram visadas: uma grande fábrica de transporte de produtos no centro de Illinois, a divisão de operações e manutenção de uma grande universidade, um hospital comunitário e um sistema de transporte público.

As famílias observadas deveriam ter filhos entre 8 e 12 anos, vivendo em casa. Os pais deveriam ser empregados em tempo integral fora de casa. As mães solteiras precisam estar separadas ou divorciadas do pai da criança por pelo menos dois anos, para que fosse possível entender o funcionamento familiar após o ajuste inicial ao divórcio.

O horário de trabalho dos pais variou de 36 a 80 horas por semana, com uma média de 47,6 horas por semana. O horário de trabalho das mães casadas variou de 30 a 68 horas por semana, com média de 41,4 horas por semana. As mães solteiras trabalharam uma média de 45,3 horas por semana, com uma faixa de 30 a 70 horas por semana. A renda média para mãe solteira foi de US\$ 18.132,00, que era comparável a das mães em famílias biparentais, cujos rendimentos totalizavam US\$ 17.184,00. A renda média dos pais foi de US\$ 28.031,00.

Tanto as mães quanto os pais tinham uma média de 13,4 anos de escolaridade; para as mães solteiras, a média era de 13,5 anos. A idade média dos pais na amostra foi de 39 anos; as mães em ambos os domicílios, tanto biparentais quanto monoparentais, tinham média de 37 anos de idade. A idade média das crianças alvo na amostra foi de 10,4 anos. Das famílias com dois pais, 28 tinham filhos e 22, filhas. Das mães solteiras, 26 tiveram filhos e 26 tiveram filhas.

As mães e pais avaliaram subjetivamente seus empregos e seu bem-estar pessoal. As crianças responderam verbalmente a uma série de perguntas sobre o seu bem-estar psicológico. Algumas das medidas específicas consistiam em mensurar a autoestima, depressão, condições de trabalho – que incluíam as relações no trabalho, o crescimento pessoal e se o funcionário sabia o que esperar do trabalho –, bem-estar psicológico das crianças e comportamento das crianças e sentimento de sobrecarga de funções.

Perry-Jenkins e Gillman examinaram as diferenças médias em todos os resultados dos pais e filhos em contextos familiares biparentais e monoparentais. Foram realizadas análises

de regressão dentro dos grupos para examinar as relações de trabalho e o bem-estar da criança em ambos os contextos familiares.

Nas comparações entre grupos, foram conduzidas regressões estatísticas para comparar os relatórios infantis de bem-estar psicológico nos dois contextos familiares e testar as diferenças entre o bem-estar das mães solteiras e as avaliações do trabalho, e as das mães e dos pais em famílias biparentais. Ao contrário do esperado pelas autoras, as regressões não revelaram diferenças significativas entre os relatos das mães nos critérios de autoestima, depressão ou sobrecarga de função nos dois contextos familiares. Do mesmo modo, as mães em famílias monoparentais não diferiram das casadas em suas avaliações de seus ambientes de trabalho.

Outro fator sugerido como influenciador do nível de educação de um indivíduo e, portanto, que implica nos resultados obtidos em sua vida adulta, são as estruturas familiares da infância do mesmo. Monserud e Elder (2011) afirmaram que uma realização inferior está relacionada a uma transição para a vida adulta antes do tempo, realização ocupacional e econômica baixa, saúde física e psicológica ruins e relacionamentos conjugais instáveis. Eles acreditam que já é consolidado que, comparando jovens com dois pais biológicos casados, aqueles em famílias alternativas tendem a completar menos anos de escolaridade.

Os autores citam estudos que mostram que crianças nascidas em famílias de mães nunca casadas, que moraram com seus avós antes dos 15 anos, são mais propensas a terminar o ensino médio e a continuar seus estudos. Entretanto, eles também destacam estudos que sugerem que crianças entre 11 e 15 anos, que residem com seus avós em famílias de mães solteiras, estudam por menos anos. Para eles, essas discrepâncias nos resultados dos estudos podem ser explicadas parcialmente pela variação da idade das crianças, duração da estrutura familiar, período de coresidência com os avós e níveis de educação da família.

Assim, usando dados do *National Longitudinal Study of Adolescent Health* sobre 10.083 jovens, Grupo 1 (1994-1995) e Grupo 4 (2007-2008), os autores observaram que, em comparação com as famílias nucleares com dois pais biológicos, adolescentes de famílias alternativas tinham menos probabilidade de concluir o ensino médio, se inscrever e se formar na faculdade, com duas exceções. Jovens coresidentes com avós, com mães que nunca se casaram, não foram significativamente menos propensos a se matricular na faculdade. Da mesma maneira, adolescentes coresidentes com avós, com mães divorciadas, não foram significativamente menos propensos a concluir o ensino médio.

No que diz respeito à estrutura familiar, Aquilino (1996) destaca que crianças nascidas de pais não casados normalmente não são diferenciadas das de pais divorciados. Além disso,

as mudanças na estrutura familiar que ocorrem após o nascimento também não são consideradas na maioria das pesquisas, apesar das evidências crescentes de que essa mudança durante a infância está ligada aos desdobramentos que ocorrerão na vida adulta e nas oportunidades de vida das crianças.

De acordo com o autor, as transições mais relevantes para os filhos nascidos fora do casamento incluem: (a) transições de um único pai para uma família com dois pais, através de casamento ou adoção formal; (b) transições para arranjos familiares estendidos, incluindo famílias de três gerações (avô-pai-filho) ou coresidência com outros parentes; e (c) transições para cuidados não parentais, como adoção informal.

O autor destaca três pontos nos quais a estrutura familiar da criança pode afetar seus resultados: a perspectiva da socialização, ou a qualidade dos ambientes de cuidados com a criança, o estresse da infância e o status socioeconômico da família. Com relação ao último ponto, destaca-se que a pobreza na infância tem sido associada a menores taxas de conclusão do ensino médio e maiores taxas de maternidade na adolescência entre todos os grupos raciais e étnicos nos EUA. A pobreza também desempenha um papel importante na explicação das diferenças de nível educacional entre as crianças de famílias monoparentais e de famílias biparentais. A educação dos pais é outro indicador socioeconômico que prediz fortemente o nível educacional das crianças e também pode influenciar a probabilidade de transições familiares depois de um nascimento fora do casamento.

Para verificar as sequências de arranjos familiares entre crianças nascidas de mães solteiras e o impacto desses arranjos da infância até a juventude, Aquilino utilizou dados da *National Survey of Families and Households* de 1988. A pesquisa fornece dados detalhados sobre condições de vida na infância e transições, que envolvem sair de casa, emprego e educação. Há 549 jovens adultos na *NSFH* que relatam não viver em uma família com dois pais biológicos ao nascer (218 brancos, 260 afro-americanos, e 71 outras minorias; 190 homens e 359 mulheres). Mais de dois terços desta amostra começou a vida em uma família de mãe solteira, enquanto quase 30% reportou não viver seus primeiros anos de vida em uma família de mãe-solteira. A maioria dos entrevistados foi formalmente adotado, informalmente adotado, ou vivia em uma família composta por mãe e padrasto desde o nascimento.

O autor encontrou uma variação considerável nos resultados educacionais dependendo dos arranjos familiares, ponderando distribuições bivariadas nas variáveis dependentes. Os modelos logit mostram que os entrevistados que fizeram a transição para uma família adotiva ou para uma família com dois pais biológicos eram significativamente mais propensos a concluir o ensino médio do que as crianças que foram criadas por mães solteiras. Quase todos

os entrevistados nesta categoria (96%) concluíram o ensino médio, enquanto mais de um quarto das pessoas criadas em lares monoparentais, não. Já a transição para uma família com padrasto, não apresentou efeito significativo sobre a probabilidade de conclusão do ensino médio, e teve efeito negativo sobre a probabilidade dos entrevistados terem formação além do ensino médio. Este resultado é consistente com pesquisas que sugerem que a transição para uma família com padrasto é difícil para pais e filhos.

Por fim, observou-se que diversas variáveis de controle foram significativamente relacionadas com os resultados da educação; ter irmãos, por exemplo, é relacionado a menores taxas de conclusão do ensino médio; ter uma família grande reduzia a probabilidade do entrevistado estudar além do ensino médio; já a educação da mãe teve forte associação positiva com a conclusão do ensino médio de seu filho e com a educação adicional além do ensino médio. Aquilino conclui, portanto, que as crianças nascidas fora do casamento não podem ser tratadas como um grupo homogêneo, pois o ambiente em que vivem, e as mudanças dos arranjos familiares, trazem consequências aos seus resultados futuros.

A diferenciação entre os arranjos familiares torna-se primordial quando Zhan e Sherraden (2002) observam que as famílias monoparentais chefiadas por mulheres se tornaram cada vez mais comuns nas últimas três décadas: em 1960, apenas 9% das famílias com crianças nos Estados Unidos eram chefiadas por mulheres não casadas; já em 1999 o número era superior a 20%. Dessas, uma grande proporção consiste em famílias pobres. Ao longo dos anos 80 e 90, as famílias chefiadas por mulheres eram cinco vezes mais propensas a serem pobres do que famílias biparentais. Em comparação com as crianças de famílias de dois pais, as crianças criadas em famílias monoparentais demonstraram ter pior desempenho em testes, menor frequência escolar, menos anos de estudo e maior taxa de abandono do ensino médio.

Os autores acreditam que examinar os efeitos intergeracionais dentro de tipos similares de famílias pode ser útil na identificação de recursos e pontos fortes que algumas famílias chefiadas por mulheres podem ter para amortecer os riscos de pobreza. Se os recursos e os pontos fortes deste grupo familiar puderem ser identificados, eles poderão ser trabalhados pelos *policy-makers* para mitigar a vulnerabilidade intergeracional dessas famílias.

Assim, Zhan e Sherraden examinaram a relação entre os recursos das mães chefes de família no desempenho educacional de seus filhos, procurando responder três questões principais: 1) A relação entre os recursos das mães e os resultados educacionais de seus filhos; 2) A relação entre os recursos das mães e suas expectativas educacionais para seus filhos; e 3)

Se as expectativas das mães medem os efeitos de seu patrimônio na realização educacional das crianças.

Para os autores, os bens, ou ativos, são importantes porque podem trazer segurança aos seus proprietários. Sua participação é mais estável ao longo das gerações do que o nível de renda, e eles são importantes para muitas famílias sobreviverem a crises econômicas; ou seja, os ativos podem reduzir os efeitos negativos que perdas de renda imprevistas têm sobre as crianças. Os ativos podem ter efeitos positivos sobre expectativas e confiança no futuro, o que ajuda as pessoas a fazerem planos específicos em relação ao trabalho e à família.

Os dados para o estudo provêm do *National Survey of Families and Households (NSFH)*. O Grupo 1 da NSFH (1987-1988) consiste em entrevistas com uma amostra nacional aleatória de 13.017 pessoas, constituída por uma amostra principal de 9.643 pessoas e uma *oversample* de 3.374 participantes, incluindo famílias negras e monoparentais.

Foi realizada uma regressão de Mínimos Quadrados Ordinários para testar os efeitos dos ativos das mães em suas expectativas ao desempenho acadêmico das crianças, e os efeitos das expectativas das mães no desempenho acadêmico das crianças. Análises de regressão logística foram utilizadas para examinar os efeitos dos ativos das mães e suas expectativas sobre conclusão do ensino médio por parte das crianças.

A partir das estatísticas descritivas, observou-se que das 591 mães que compunham a amostra, 56% eram brancas, 33% afro-americanas e os 9% restante, hispâno-americanas. A idade média das mães era 41. Havia, em média, 2,1 filhos menores de 18 anos e 1,3 adultos residentes nos domicílios. A média de anos completos de escolaridade das mães era 12, sendo que cerca de 25% tinha menos que o segundo grau completo, 43% tinha diploma do ensino médio, e 32%, educação acima do secundário. No momento da entrevista, 67% das mães estavam empregadas. A proporção média de famílias que viviam abaixo da linha de pobreza era de 10,7%.

A renda média familiar, excluindo rendimentos de investimento, é de US\$ 16.459,00 e cerca de um terço das mães das crianças possuem sua casa. 42% têm alguma poupança, mas os valores em geral são pequenos; apenas 15% dizem ter economizado US\$ 3.000,00 ou mais. No que diz respeito à expectativa das mães com relação à educação das crianças, um terço das mães espera que seus filhos terminem o ensino médio; 26% espera que concluam de um a três anos de educação universitária; 33% espera que obtenham diploma de bacharel; e 11% espera que seus filhos obtenham um diploma de pós-graduação.

Ao observar os resultados do modelo de regressão de MQO para verificar quais os efeitos que os ativos das mães têm no desempenho educacional dos filhos, os autores

observaram que a aquisição de casa por parte das mães tem um efeito significativo sobre o desempenho acadêmico das crianças: em comparação com crianças de pais sem propriedade, filhos de proprietários têm melhor desempenho acadêmico. Entre as variáveis de controle, o fato de as mães possuírem educação pós-secundária tem efeito significativo sobre o desempenho acadêmico das crianças: em comparação com as crianças cujas mães tinham educação menor que o ensino médio, as crianças cujas mães tinham ensino superior têm melhor desempenho acadêmico.

Os resultados da regressão logística é que a poupança das mães tem efeitos significativamente positivos na finalização de ensino médio por parte das crianças; aquelas cujas mães tinham economia de US\$ 3.000 ou acima são 1,3 vezes mais propensas a se formar no ensino médio. A educação das mães também teve um efeito positivo e significativo sobre formatura do colégio das crianças. As crianças cujas mães tinham faculdade são 1,8 vezes mais propensas a se formar no ensino médio em comparação com aquelas cujas mães não terminaram o ensino médio.

Ao verificar os efeitos que os ativos das mães têm sobre suas expectativas para a educação das crianças, os autores perceberam que as mães que possuem casa própria têm expectativas mais elevadas do que aquelas que não possuem uma casa; além disso, as que têm poupança igual ou maior que US\$ 3.000,00 também têm expectativas mais elevadas do que as que não possuem poupança.

Comparando com mães que não completaram o ensino fundamental, mães com nível médio de escolaridade têm expectativas maiores; do mesmo modo, as mães com educação superior têm expectativas ainda mais elevadas para o sucesso escolar dos seus filhos. As mães afro-americanas têm expectativas mais baixas do que as mães brancas; as mães empregadas têm expectativas mais baixas do que as mães não empregadas e as mães de crianças do sexo feminino e crianças mais jovens tendem a ter expectativas mais elevadas para os seus filhos. Quanto mais adultos residentes no domicílio, menores são as expectativas das mães.

Por fim, os autores observaram os efeitos das expectativas das mães sobre o desempenho educacional das crianças e constataram que, em comparação com crianças cujas mães esperavam o término do ensino médio ou menos, as crianças cujas mães esperavam que as crianças frequentassem a faculdade apresentaram melhor desempenho; crianças cujas mães esperavam a conclusão da faculdade, tiveram desempenho ainda melhor; semelhantemente, crianças cujas mães esperavam obter um diploma de pós-graduação tiveram desempenho acima das anteriores. Assim, a expectativa dos pais sobre o sucesso de seus filhos não é

apenas uma expressão de sua percepção do mundo, mas também uma avaliação da sua capacidade de supervisionar e investir no futuro de seus filhos.

Conclui-se então, a partir dos resultados de análise de regressão, que os ativos das mães têm efeitos significativos sobre as suas expectativas com relação ao desempenho educacional das crianças, e que as expectativas das mães têm efeitos significativos sobre o desempenho das crianças. Mais especificamente, a poupança tem efeitos significativos sobre o término de ensino médio, e a aquisição de casa própria tem efeitos significativos sobre o desempenho acadêmico das crianças. Os resultados também indicam que a educação das mães, especialmente do ensino superior, afeta significativamente a probabilidade de término do ensino médio e o desempenho escolar das crianças como um todo.

### **3.2 Trabalhos realizados em países subdesenvolvidos**

Nessa seção do capítulo, apresentaremos alguns estudos empíricos realizados nos países subdesenvolvidos – Índia, Nigéria e Brasil. Os dois primeiros ressaltam a concepção de que só existe chefia feminina na ausência do homem no arranjo familiar. Os estudos realizados no Brasil, entretanto, iniciam a mudança deste conceito, apresentando o chefe familiar como a pessoa responsável pela manutenção do lar.

No estudo realizado na área rural de Bangladesh, Joshi (2004) buscou examinar as características dos agregados familiares chefiados por mulheres e estimar o impacto da liderança feminina na escolaridade das crianças. A autora inicia seu trabalho destacando que há dificuldades na definição de liderança feminina, pois os critérios utilizados pelos entrevistados no campo e as definições com base nas contribuições para o rendimento do agregado familiar nem sempre coincidem.

Além disso, ressalta que a maioria das análises de liderança feminina não levam em conta a heterogeneidade dentro do grupo de mulheres chefes de família, que inclui viúvas, mulheres divorciadas, mulheres solteiras, mulheres abandonadas e mulheres cujos maridos migraram para longe em busca de emprego. A porcentagem de mulheres em cada grupo difere entre países, culturas, regiões do mundo e ao longo do tempo. Para ela, algumas mulheres destes grupos são mais vulneráveis a cair na pobreza do que outras; entretanto, a autora acredita que não está claro se as correlações entre liderança feminina e pobreza são realmente causal, ou se esta relação é impulsionada pelas desvantagens pre-existentes de mulheres que se tornam mulheres-chefes e cujos filhos recebem menos investimentos.

Os dados utilizados no trabalho são da *Matlab Health and Socio-economic Survey (MHSS)* de 1996, em conjunto com os dados do censo da *Matlab Demographic Surveillance System (DSS)*. A MHSS contém informações sobre 4.364 domicílios agrupados em 2.687 *baris*<sup>3</sup>, conjunto de famílias em proximidade física. Para cada um dos *baris*, um arranjo familiar foi escolhido ao acaso.

Joshi destaca que devido a fortes normas culturais do patriarcado e sistemas matrimoniais que limitam a autonomia das mulheres nas casas de seus maridos, famílias chefiadas por mulheres nesta região são geralmente “famílias com ausência masculina”, sendo por morte, migração ou se o homem está debilitado devido a alguma doença. Em geral, os dados indicam que existem duas categorias principais de famílias chefiadas por mulheres: as viúvas e as mulheres casadas cujos maridos estão residindo em outro lugar. Também foram consideradas famílias chefiadas por mulheres: (1) as chefiadas por homens, em que uma mulher viúva reside com um filho que é ou não casado ou tem menos de 25 anos; (2) famílias em que a mulher de um migrante reside com um filho que é ou não casado ou tem menos de 25 anos; (3) mulheres divorciadas/separadas.

O número de mulheres chefes de família tem aumentado ao longo do tempo: de 11,68% em 1974, para 12,9% em 1982 e 15,2% em 1996. A proporção de chefes de famílias mulheres que são viúvas aumenta a um ritmo mais lento do que a proporção de famílias chefiadas por mulheres em geral, o que pode indicar um aumento de mulheres abandonadas – situação difícil de confirmar, pois as mesmas se autodeclaram casadas. Entre 5% e 6% das famílias chefiadas por mulheres passam a ser chefiadas por homens. Essas transições são geralmente impulsionadas pela mudança no status da mulher de “chefe de família” para “a mãe do chefe de família”. As famílias chefiadas por mulheres são menores que as chefiadas por homens: além de não possuírem o patriarca, elas têm menos mulheres, homens e crianças em sua composição.

Uma vez que as famílias chefiadas por mulheres em Bangladesh são geralmente “famílias sem homem” e, uma vez que as mulheres de Bangladesh têm menor taxa de alfabetização, menor escolaridade, menos bens e acesso ao crédito, e níveis mais altos de desnutrição e morbidade em relação aos homens, é esperado que estes agregados familiares tendam a ter níveis mais baixos de renda e menos bens do que os chefiados por homens. Entretanto, ao contrário do esperado, as famílias chefiadas por mulheres casadas (*MWHH – Married-Woman-Headed-Households*) têm níveis mais altos de renda, embora a maior parte

---

<sup>3</sup> A autora explica que o *bari* é a unidade básica de organização social em Matlab, que geralmente se refere a um conjunto de famílias em proximidade física.

venha de remessas recebidas. Famílias chefiadas por viúvas (*WHH - Widow-Headed-Households*), por outro lado, têm níveis mais baixos de renda. Analisando os gastos dessas famílias, as *MWHH* parecem gastar mais em determinadas categorias, como alimentos, vestuário e educação. As mulheres chefes de famílias mais pobres são mais propensas a cortar custos do que mulheres casadas em situação análoga.

Há também fortes diferenças nas origens sócioeconômicas dos dois tipos de mulheres chefes. Em comparação com as famílias chefiadas por mulheres casadas, as viúvas provavelmente se casaram com homens mais velhos, são menos propensas a terem dotes trazidos para as famílias de seus maridos, é provável que tenham perdido seus pais antes de seu casamento, tenham menos irmãos e irmãs, e venham de famílias mais pobres do que as que se casaram. As mulheres casadas chefes de família, por outro lado, são mais propensas a terem trazido dote para as casas de seus maridos, mais suscetíveis a terem pai ou mãe vivos no momento do seu casamento, tenham mais irmãos, e venham de famílias mais ricas do que as famílias com que se casaram.

As diferenças entre os tipos de famílias também se estendem aos resultados educacionais das crianças. Em comparação com as crianças de famílias chefiadas por homens, as crianças dos *WHH* são: mais propensas a realizar trabalho remunerado ou não fora de casa; menos propensas a terem ido para a escola ou serem matriculadas em uma; e tem menor probabilidade de ter completado dois anos no grau primário. Crianças de *MWHH* por outro lado, mostram o padrão oposto: elas são menos propensas a realizar trabalho remunerado e não remunerado fora de casa; mais propensas a terem ido para a escola ou serem matriculadas em uma; mais propensas a terem completado os graus primários e secundários.

A autora conclui que a análise das consequências da liderança feminina deve observar as causas da chefia feminina. Essas causas variam entre diferentes países e dentro do mesmo país. Nos Estados Unidos e em outros países industrializados, por exemplo, famílias chefiadas por mulheres geralmente incluem mulheres que são divorciadas, separadas, mães solteiras e viúvas. Na África, no entanto, um grande número de famílias chefiadas por mulheres em áreas rurais são “deixadas para trás” – famílias cujos membros masculinos migraram para áreas urbanas em busca de emprego. Na América Latina, são as mulheres que migram para as cidades e, portanto, há um aumento na chefia feminina na área urbana.

Joshi ressalta, portanto, que a heterogeneidade das famílias chefiadas por mulheres deve ser considerada na concepção de políticas que visam melhorar a saúde e a educação das crianças, senão, pode-se resultar no fracasso de programas de redução da pobreza que visam famílias ou crianças com base no gênero do chefe de família.

Semelhantemente ao observado por Joshi, na Índia, Bammeke (2010) considera que o fato de que em muitas sociedades o patriarcado ser considerado a norma, faz com que a liderança da família esteja associada aos homens. Por isso, famílias lideradas por mulheres são percebidas como desvios da norma. Além disso, a própria identificação de famílias chefiadas por mulheres é problemática, pois possui empecilhos culturais, nos quais a mulher não pode se identificar como chefe de família, necessitando apontar o homem mais velho como chefe. Desta forma, a maioria dos dados censitários reflete a suposição de que a mulher será reconhecida como chefe somente se não houver algum homem residente no domicílio.

Na Nigéria, algumas características comuns dos domicílios chefiados por mulheres incluem a tendência de as famílias serem mais representadas entre os pobres e terem educação relativamente baixa. As famílias são normalmente menores do que as chefiadas por homens e possuem menor número de adultos – o que reforça a ideia de que as chefes mulheres raramente coesidem com um cônjuge.

Além disso, existem pressupostos de sua incapacidade de criar filhos bem ajustados, especialmente quando não têm parceiro. Espera-se que esse desajuste se manifeste em várias áreas, incluindo o seu desempenho educacional. Ainda assim, as crianças de domicílios chefiados por mulheres têm melhor resultado nutricional dos que as vindas de domicílios chefiados por homens, pois a maneira que mulheres e homens alocam as rendas familiares é distinta e as mulheres têm maior foco no bem-estar das crianças e na subsistência familiar.

Em estudo sobre como o gênero interage com a liderança familiar e influencia o desempenho educacional das crianças, Bammeke avalia o desempenho educacional das crianças nas escolas secundárias de Lagos, na Nigéria, observando se elas vivem em famílias chefiadas por homens ou mulheres.

Para isso, foram selecionados 217 alunos que foram entrevistados e convidados a participar de testes em inglês e matemática destinados a medir seu desempenho educacional. Inglês e matemática foram escolhidos por serem matérias obrigatórias para todos os alunos, que sem esses créditos não podem ser admitidos em instituições de ensino superior. Os testes desses assuntos foram, portanto, destinados a avaliar a capacidade dos alunos.

Após a entrevista das crianças e a administração do teste, suas famílias foram visitadas e o chefe de família, ou um adulto responsável, que pode ser cônjuge ou parceiro, foi entrevistado. A liderança foi decidida com base em questões preliminares sobre quem ocupou-se com qual responsabilidade na família, quem tomou decisões importantes e quem exerceu autoridade moral. Apenas 209 chefes de família puderam ser entrevistados das 217 crianças. Somente esses chefes e seus filhos foram incluídos no estudo.

Os dados foram coletados das crianças e chefes de família usando questionários estruturados. O *Household Head and Spouses' Questionnaire* (HHSQ) continha 97 perguntas e procurou coletar informações sobre os antecedentes socioeconômicos dos entrevistados, incluindo sexo, idade, estado civil, nível educacional, padrão de residência, renda, ocupação e uso do tempo. Outras questões foram sobre a estrutura doméstica e sobre responsabilidades domésticas.

O *Children's Questionnaire* (CQ) continha 30 perguntas e procurou coletar informações sobre os antecedentes das crianças, incluindo idade, sexo, classe, grupo étnico, padrão de residência, local de nascimento e percepção de liderança, entre outros.

Bammeke observou que cerca de dois terços (69,4%) das famílias estudadas eram chefiadas por homens. A idade média dos chefes de família homens (47,88 anos) foi maior do que a das mulheres (43,95 anos). As famílias chefiadas por mulheres tendem a ser menores do que as chefiadas por homens. Isso pode ser explicado em parte pela observação do estado civil dos chefes: enquanto os homens são predominantemente casados (88,3%), mais da metade (56%) das mulheres tem estado civil distinto, como viúva, solteira ou separada.

Os níveis educacionais alcançados pelos chefes de família masculinos e femininos são semelhantes, embora mais homens (43,4%) do que mulheres (39,1%) tenham ensino superior. As mulheres têm renda mais baixa do que os homens, que tendem a ter parceiros ou cônjuges em atividades geradoras de renda, ao contrário das mulheres que, em sua maioria, não têm parceiro.

O estudo mostra que os chefes de casa são predominantemente responsáveis pela renda da casa, custos escolares, contas hospitalares, conta de eletricidade, compra de livros escolares e uniformes para as crianças, além do comparecimento nas reuniões dos pais e professores. Para essas várias responsabilidades, entre 20 e 38 por cento dos chefes homens indicaram que as responsabilidades foram realizadas com seus cônjuges. No entanto, apenas entre 11 e 17 por cento das chefes mulheres desempenharam essas responsabilidades com seus parceiros.

Assim, observa-se que existem padrões de gênero em algumas responsabilidades: as compras domésticas e o preparo dos alimentos são tarefas realizadas predominantemente por cônjuges dos chefes homens e por chefes mulheres. O que é evidente em termos de responsabilidades domésticas é que as mulheres chefes de família geralmente assumem as responsabilidades dos chefes de família homens e, porque muitas vezes não tem parceiros, elas também assumem as responsabilidades de cônjuges dos chefes masculinos.

Os resultados dos testes administrados mostram que a suposição de que as crianças vindas de um lar específico são melhores do que as de outras famílias não é verdade para todas as circunstâncias. Embora não sejam estatisticamente significativos, os dados mostram que, para ambas as disciplinas, as crianças em domicílios chefiados por mulheres têm pontuação média mais alta do que aquelas de famílias chefiadas por homens. O significado deste resultado é que as diferenças no desempenho acadêmico das crianças não são suficientes para permitir uma predição de que as crianças de um tipo familiar tem melhor desempenho do que outro tipo.

Bammeke surpreendeu-se que as crianças dos agregados familiares chefiados por mulheres não tenham tido pior desempenho, mas sim tenderam a ter melhor desempenho, ainda que não significativo. Esse resultado ressalta a importância da educação formal para as mulheres. As mulheres que chefiam as famílias priorizam o bem-estar de seus filhos, incluindo sua educação, para que não se cumpra a expectativa da sociedade de que seus filhos terão pior performance.

O estudo também mostrou uma relação positiva entre o nível de escolaridade dos pais e o desempenho educacional das crianças, medido por suas pontuações nos testes. Quanto maior o nível de educação parental, maior o escore médio das crianças em inglês e matemática. Os pais com um alto nível de educação tendem a atribuir maior valor à educação do que os pais com baixa ou nenhuma educação. A atribuição de maior valor geralmente se traduz em comprometer mais recursos na educação das crianças e fornecer outras formas de apoio, o que pode melhorar o desempenho educacional das crianças.

Bammeke concluiu que a desigualdade de gênero é um obstáculo para o desenvolvimento humano, pois impede as pessoas de atingir suas capacidades. Percebe-se a educação feminina como sendo de importância secundária em relação ao seu papel tradicional, entretanto, a educação materna melhora a saúde dos bebês e das crianças e garante uma melhor qualidade de vida para os membros da família. A educação pode libertar da pobreza e promover a mobilidade social. Para as famílias chefiadas por mulheres, que tendem a ser mais pobres, a educação e a aquisição de habilidades podem ajudar as chefes de família a prover para suas famílias, especialmente para seus filhos.

No Brasil, o conceito de família nuclear é relacionado à família heterossexual. No entanto, o percentual de famílias brasileiras representadas por essa estrutura familiar, destacam Pinheiro, Galiza e Fontoura (2009), vem caindo: em 1993, ela representava 63% das famílias; em 2007, 52%. Ao mesmo tempo, vem aumentando a representação de outros tipos de famílias, em especial as famílias monoparentais masculinas ou femininas.

Este último tipo é o segundo mais encontrado no país, representando 13% das famílias em 1993 e 15,4% em 2007. Apesar disto, os autores ressaltam que “o aparato legal e as políticas públicas, de forma geral, foram arquitetados para um modelo de família heterossexual tradicional, no qual o lugar simbólico do homem como provedor e da mulher como cuidadora do lar impera. Fora deste modelo, cada vez menos representativo das famílias brasileiras, os níveis de vulnerabilidade e desproteção legal e social podem ser significativos” (pg 853).

Os autores concluem que ao bloquear a trajetória de ascensão profissional das trabalhadoras, ampliam-se as desigualdades de rendimento do trabalho entre homens e mulheres, perpetuando, no interior das famílias, o papel do homem como provedor, e o da mulher como cuidadora do lar.

Esse modelo nuclear de família, para Carloto (2005), começou a se consolidar por volta do século XVIII e tem como característica a passagem de unidade de produção para unidade de consumo, o estabelecimento de uma rígida divisão entre público e privado. Com esse modelo, estabelece-se também uma rígida divisão sexual dos papéis e atribuições; o isolamento da mulher no espaço doméstico-familiar, com a socialização do trabalho dos homens e a domesticação do trabalho das mulheres. A partir dessa divisão de papéis e trabalho, têm-se como modelo de família “normal”, os homens como provedores e as mulheres como responsáveis pela esfera doméstica.

Entretanto, esse modelo não corresponde à realidade tanto no que diz respeito aos arranjos familiares quanto ao que concerne à manutenção econômica. Carloto referencia pesquisas que insistem nas dificuldades que a instabilidade conjugal e a mudança na estrutura familiar provoca nos setores mais empobrecidos da população. Ela cita Butto, que afirma que “domicílios chefiados por mulheres têm, em média, uma renda menor não porque têm mais crianças ou menos adultos, mas porque a/o chefe do domicílio, sendo uma mulher, ganha menos” (Butto, A. Gênero, família e trabalho, 1998, p. 72).

A autora apresentou e comentou dados de uma pesquisa realizada com mulheres chefes de família monoparental, em situação de extrema pobreza, no município de Londrina, no período de 2003 a 2005. A partir das entrevistas realizadas, ela criou um perfil sociodemográfico das entrevistadas.

Foram utilizados dados compilados a partir do cadastramento do Programa Bolsa-Escola Municipal, que teve como critérios de elegibilidade para acesso ao benefício a base domiciliar com presença de crianças de 0 a 14 anos com renda per capita inferior a meio salário mínimo e a “mãe” como principal beneficiária. Esses dados mostram que 38% das

famílias beneficiadas são monoparentais, tendo a mulher como responsável pelo domicílio, com exceção de uma família da base de dados.

Para configurar o universo da pesquisa, a autora adotou como critério a responsabilidade com o sustento econômico dessas famílias por parte das mulheres, ainda que a principal renda venha da transferência de benefícios efetuados através de Programas de Renda Mínima, que adotam como critério ter a mulher como beneficiária, em função do melhor uso do recurso em gastos com a manutenção da família, principalmente das crianças.

Com relação à faixa etária das mulheres, cerca de 80% está concentrada na faixa entre 30 e 49 anos, o que contradiz, conforme pesquisa feita pelo Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social (IPARDES), a média do Estado do Paraná, na qual aproximadamente 46% das famílias são chefiadas por mulheres jovens entre 10 e 25 anos.

Em relação ao número de filhos, prevaleceram as famílias com 3 filhos (28,86%), seguidas por famílias com 4 filhos (19,46%), com 2 (15,46%), com 5 (13,40%), com 1 (11,34%) e 10,30% com 6 filhos ou mais, comprovando a associação entre a chefia feminina e os domicílios compostos por população infantil, sendo que a mulher é, na maioria das vezes, o único membro adulto com algum rendimento.

A faixa etária dos filhos é composta da seguinte maneira: 57,49% estão entre 7 e 15 anos; 27,49% entre 0 e 6 anos; 10,31%, de 16 a 18 anos; e 4,68%, de 19 anos ou mais. Assim, percebe-se que há um grande número de crianças pequenas que precisam de cuidados e acesso a serviços de Educação Infantil. O papel atribuído às mulheres na esfera doméstica, principalmente no cuidado dos filhos, amplia consideravelmente sua carga de trabalho e de responsabilidades, e as impossibilita de procurar alternativas, uma vez que se observou que nos lares monoparentais femininos da pesquisa realizada não há apoio do pai dos filhos.

A maioria das famílias, (58,76%), no momento de ingresso no Programa Bolsa-Escola, recebia até um salário mínimo, seguidas daquelas que não possuíam renda (38,14%), e apenas 3,09% recebiam de 1 a 2 salários mínimos. A dimensão da pobreza se aprofunda quando a monoparentalidade é vinculada ao sexo e etnia, pois as famílias monoparentais chefiadas por mulheres negras têm se mostrado com menores condições de oferecer cuidados básicos para seus filhos.

No entanto, nem sempre a chefia feminina surge de condições de empobrecimento, pois existiram processos sociais que melhoraram a posição relativa da mulher na sociedade: a decisão da mulher de permanecer sozinha; a migração familiar temporária para a otimização de oportunidades de trabalhos e pelo suporte da rede de parentesco ou ajuda do Estado. Ao mesmo tempo, não é certo que domicílios chefiados por homens ou domicílios com vários

trabalhadores deem garantia de um melhor nível de vida para todos os membros que os compõem.

Carloto passa a discutir o conceito de família conjugal e nuclear. Para ela, a denominação chefia feminina é em si reveladora, “pois é empregada tão-somente quando o homem adulto não está presente, como se a família chefiada por mulheres fosse uma anomalia, pois não se faz discriminação da terminologia por gênero quando a situação é inversa” (pg 10).

A autora traz as definições de Youssef e Hetler apud Carvalho (1998)<sup>4</sup>, em que para identificar as diferentes formas de chefia feminina domiciliar, o referencial mais utilizado é a chefia de jure ou de facto. A chefia de jure é definida pela ausência do companheiro/marido e não implica, necessariamente, a manutenção feminina; já a de facto é definida pela manutenção feminina, não implicando, necessariamente, a ausência masculina.

Uma vez que as entrevistas foram realizadas com famílias monoparentais com crianças pequenas, sem a figura de um adulto do sexo masculino e sem qualquer tipo de apoio por parte do pai das crianças, não houve dificuldades para as entrevistadas se reconhecerem como chefes de família. Para as entrevistadas, a chefia familiar não está relacionada apenas à manutenção econômica, mas principalmente à responsabilidade com os filhos.

Durante a entrevista, as mulheres foram indagadas por que são elas que assumem as responsabilidades; a maioria das respostas evidenciou a responsabilidade, carinho e amor como aspectos presentes apenas nas posturas de mulheres e mães, o que acaba por aceitar e justificar as atitudes masculinas, mas também demonstra o quanto a mulher torna-se presa à família, a seus papéis e responsabilidades, não tendo assim a possibilidade de abandonar a família e os filhos.

Para algumas entrevistadas, a condição de chefe se dá apenas pela ausência do homem/pai. Se o homem estivesse presente, ele deveria ser o chefe. Dessa maneira, ao ligarem a chefia familiar à figura masculina, evidencia-se o quanto ainda prevalece a visão tradicional de família, composta por um homem chefiando e tendo poder do grupo familiar. As entrevistadas apontaram que a chefia familiar feminina é uma posição impossível de ser mudada, pois, mesmo com a presença de um companheiro, os seus filhos e a sua casa continuariam sendo responsabilidade delas.

Carloto conclui que a chefia familiar feminina é um fenômeno que cresce em todo o mundo, representando a quarta parte de todas as famílias do mundo. Uma característica

---

<sup>4</sup> CARVALHO, Luiza. Famílias Chefiadas por Mulheres: relevância para uma política social dirigida. In: **Revista Serviço Social e Sociedade** n.º 57, Ano XIX, Julho de 1998, Ed. Cortez, São Paulo.

comum é o aumento do percentual entre as famílias mais pobres. Esse fenômeno, portanto, está associado a outro também crescente, a chamada “feminização da pobreza”. Dessa maneira, as propostas de políticas públicas de combate à pobreza devem considerar que a condição de vulnerabilidade dessas mulheres está marcada pela condição de gênero, classe e etnia.

O crescimento da chefia familiar feminina deve-se a algumas transformações da economia sob o processo de reestruturação produtiva e o baixo ritmo de crescimento, ocorridas na economia na década de 90, com redução dos postos de trabalho; aumento do desemprego e maiores restrições para a absorção em trabalhos assalariados regulamentados. Montali (2006) destacou que para os trabalhadores e suas famílias, as consequências mais evidentes da precarização dos vínculos contratuais e da instabilidade no emprego são a queda da renda proveniente do trabalho e da renda familiar per capita. Os chefes masculinos e filhos adultos, sofreram profundo processo de instabilidade do trabalho.

Por isso, as cônjuges e chefes femininas passam a ter maior peso entre os ocupados da família. Esse crescimento de sua inserção no mercado de trabalho ocorreu principalmente em ocupações precárias tais como: assalariadas sem carteira assinada, emprego doméstico, autônomas e trabalhadoras familiares, obtendo baixos rendimentos do trabalho. Assim, ainda que os rearranjos familiares de inserção no mercado não tenham conseguido impedir o empobrecimento, a pesquisa evidencia que a crescente participação das cônjuges e chefes femininas na composição do rendimento familiar reduziu o impacto do empobrecimento das famílias.

Montali evidenciou que cresceu a proporção de famílias chefiadas por mulheres entre 1985 e 2003, indicando o aumento absoluto de inserção dessas no mercado de trabalho. Em 1985, cerca de 16% das famílias da Região Metropolitana de São Paulo eram nucleadas pela chefe feminina sem a presença de cônjuge; em 1991 já são 18%, com continuidade desse crescimento a partir daí e, desde 1995, mais que 20% das famílias apresentam chefia feminina sem a presença de cônjuge: em 2000, representam 22% das famílias da RMSP e, em 2003 são 23,8%.

A inserção das mulheres-cônjuges e mães em atividades remuneradas é afetada pelas representações sociais das atribuições femininas, definidas a partir da tradicional divisão sexual do trabalho que permanece como padrão ideal na sociedade. Suas taxas de ocupação são mais baixas, tanto quando comparadas às de outras mulheres em posições familiares diferentes, tais como filhas adultas e mulheres-chefes de família, bem como quando comparadas às taxas de ocupação de maridos e de filhos adultos. No entanto, na década de 90,

creceu a participação das mulheres casadas em atividades no mercado de trabalho e de forma mais intensa em alguns tipos de família.

Alguns estudos evidenciam as resistências a tais mudanças nas relações de poder internas à família. Embora presentes nas diversas situações sociais, essas resistências têm se explicitado de forma mais clara nas famílias de baixa renda, nas quais, apesar das evidências na mudança do padrão de provisão, a autoridade do homem é reivindicada como prerrogativa masculina, gerando conflitos, violência doméstica e alcoolismo masculino.

A autora traçou o perfil destas famílias: as cônjuges ocupadas concentram-se principalmente nos arranjos familiares de casais de até 34 anos com filhos e de casais de 35 a 49 anos com filhos. Nas famílias de casais de 50 anos ou mais com filhos a proporção das cônjuges ocupadas também cresce durante o período estudado. Em 1985, 16% das cônjuges das famílias eram ocupadas chegando no final do período a 27%.

O percentual nos arranjos familiares de casais sem filhos, em 1985, é de 36%; a partir de 1996 até o final do período, cerca de 43% das cônjuges nesse arranjo são ocupadas. Para casais de até 34 anos com filhos, em 1985, 30,4% eram ocupadas. Esse tipo de família ultrapassa 40% a partir de 2000. Famílias de casais de 35 a 49 anos com filhos, em 1985, tem percentual de 35,1%, chegando a 49% em 2000.

Nas famílias em que as cônjuges são ocupadas, cerca de 87% dos chefes e 37% dos filhos eram ocupados em 1985. Em 2000, 82,4% dos chefes se mantêm ocupados e, em 2003, cerca de 81%. No caso dos filhos se reduzem para 34% e para 33% em 2000 e 2003. Entre as famílias das cônjuges não-ocupadas, em 1985, 78,8% dos chefes e 45,4% dos filhos eram ocupados. Já em 2000 apenas 72% e, em 2003, 69% dos chefes se mantêm ocupados.

A precarização do trabalho acontece como expressão do processo que ocorre no mercado de trabalho da Região Metropolitana de São Paulo. Além do grande número de desempregados, muitos dos indivíduos que permanecem no mercado de trabalho sofrem com a precarização de seus empregos. A diminuição dos ocupados nas famílias é consequência do aumento do desemprego e da inatividade de filhos e dos chefes masculinos. A crescente precarização dos postos de trabalhos dos componentes ocupados que com o aumento do desemprego, a diminuição dos rendimentos individuais e da renda familiar, sem dúvida impulsionaram parte das cônjuges para o mercado de trabalho na tentativa de preservar as condições de vida da família.

No contexto de elevado desemprego, baixo crescimento da economia e a desvalorização dos salários, as cônjuges vêm participando crescentemente de atividades no mercado de trabalho, aumentando assim sua participação na renda da família. Cresce não só o

número de cônjuges contribuindo na renda familiar, mas também aumenta a importância da sua contribuição na renda familiar.

Considerando-se a média das cônjuges, seus rendimentos individuais representavam, em 1986, 10% da massa da renda familiar e passam a representar cerca de 16% em 2000 e 17% em 2003. A contribuição dos chefes masculinos passa de 68% em 1986 para 63,3% em 2003 e a contribuição dos filhos cai de 16,2% para 14,9% no período. Porém, ao se selecionar as famílias onde as cônjuges são ocupadas, constata-se que é mais elevada sua participação da composição da renda familiar.

Nas famílias em que a cônjuge é ocupada se estabelece um padrão de responsabilidade pela manutenção da família que se acentua a partir dos anos de maior desemprego do final dos anos 90, com progressiva redução do peso da contribuição do chefe masculino e crescente participação da cônjuge feminina, como coprovedora.

Os arranjos familiares nucleados pela chefe feminina sem cônjuge evidenciam no período estudado o aumento da participação das chefes femininas no mercado de trabalho. A taxa de participação das chefes femininas sem cônjuge é da ordem de 56% em 1990 e passa a ser de 60% em 2000 e 2003. Cresce tanto a proporção das chefes contribuindo na renda familiar, como também aumenta a importância da contribuição dela na composição da renda familiar. Em 1986, 65% da renda familiar era de responsabilidade das chefes e 22% dos filhos. Em 2000 e 2003 as chefes ocupadas eram responsáveis por 74% da renda familiar, enquanto os filhos respondem por 17%

Nas famílias das chefes femininas não-ocupadas, em 1985, 11,5% da renda familiar era provida pela chefe, e 75,9 % pelos filhos. Em 2000 45% é de responsabilidade das chefes femininas e 42% dos filhos. Em 2003 eleva-se mais a participação das chefes femininas, passando a ser de 48% e se reduz mais a participação dos filhos, renda proveniente de aposentadorias e pensões, bem como de trabalhos esporádicos.

A chefia feminina de família é investigada no Comunicado n° 65 do IPEA por Fontoura e Pedrosa (2010), que destacam que a identificação de chefe da família pode ser dada a quem assume a responsabilidade com os cuidados da casa e com os filhos ou, ainda, a quem responde prioritariamente pela manutenção econômica do lar. As autoras afirmam que existe um aumento do número de famílias que identificam uma mulher como chefe; no período de 2001 a 2009, os dados da PNAD evidenciam a continuidade do aumento da proporção de famílias chefiadas por mulheres no Brasil – o percentual nesse intervalo de tempo subiu de aproximadamente 27% para 35%.

No caso das famílias chefiadas por homens, o tipo de arranjo predominante é o de casal com filhos, enquanto que no caso das chefias femininas a maior porcentagem é a de mulheres sem cônjuge com filhos (17,3% do total de famílias brasileiras e 49,3% do total das chefiadas por mulheres em 2009). Nos últimos anos, contudo, houve um pequeno declínio do tipo de família “mulheres sem cônjuge com filho”: de 17,8%, em 2001, para 17,3%, em 2009. Considerando somente famílias chefiadas por mulheres, o declínio foi de 65,1% para 49,3% no mesmo período.

As autoras examinaram as faixas de idade dos homens e mulheres responsáveis por famílias: no caso das famílias formadas por casais com filhos, 28% das mulheres chefes encontravam-se na faixa de 40 a 49 anos – mesma proporção encontrada entre os homens chefes –, e 31,3% delas possuíam entre 30 a 39 anos. A idade média das mulheres na posição de chefes é ligeiramente superior à dos homens na mesma posição: 48,5 anos contra 46. Nas famílias monoparentais femininas, a média é de 47 anos, mostrando aumento de idade ao longo do período, já que em 2001 era de 44 anos.

Em relação ao nível de instrução, seguindo a tendência observada na sociedade como um todo, as mulheres chefes têm mais anos de estudo que os homens chefes. Nas famílias formadas por casais com filhos, a média de anos de estudo das mulheres chefes era de 8,3 anos, enquanto seus companheiros alcançaram 7,5 anos. Os homens chefes no mesmo tipo de família tinham 7,0 anos de escolaridade em 2009, ao passo que as mulheres cônjuges apresentavam a média de 7,6 anos. As mulheres em arranjo sem cônjuge e com filhos também superaram os homens em arranjos semelhantes (6,8 anos de estudo, contra 5,6).

Com relação à renda, enquanto a das mulheres chefes de famílias com cônjuge e com filhos era de R\$ 958,21 em 2009, a das mulheres sem cônjuge com filhos não passou de R\$ 763,68. Comparando-a com a de homens sem cônjuge com filhos, tem-se que as mulheres que viviam sozinhas com filhos ganhavam somente 66% do que ganhavam os homens na mesma situação.

As autoras observaram também que a responsabilização das mulheres pelos afazeres domésticos não sofre influência da posição ocupada pela mulher na família. Apesar de haver algumas diferenças, mulheres na posição de chefe e na posição de cônjuge respondem por grande parte do trabalho doméstico.

Os dados analisados mostram que alguns fatores estão relacionados à posição ocupada pelas mulheres nas famílias, mas nenhum se mostra determinante, uma vez que contrapõe-se ao reconhecimento das mulheres como chefes de família o fato de que as mulheres ainda

ganham menos do que os homens, independentemente de sua posição na família, e respondem pela maior parte dos afazeres domésticos.

Para as autoras, é necessário romper com as tradicionais convenções de gênero, para que homens e mulheres possam ter liberdade de escolha e estar em condições igualitárias tanto no mercado de trabalho quanto no ambiente doméstico, compartilhando os trabalhos remunerados e os não remunerados. Assim, as transformações percebidas nos últimos anos no mercado de trabalho podem ser aprofundadas e alcançar o interior das famílias de forma que se possa construir uma sociedade com mais igualdade de oportunidades para todos e todas.

O aumento significativo no número de famílias monoparentais femininas, também foi expresso por Santos (2008), embora a família nuclear (casal e filhos) ainda seja o arranjo principal no contexto brasileiro. A família monoparental feminina é a segunda mais comum, e passou de 12% nos anos 80 para 18% em 2006.

Para a autora, o critério definidor de chefia é problemático, pois pode ser definido a partir da autoridade sobre o núcleo familiar ou como poder advindo de sua manutenção. Para fins do trabalho da mesma, o referencial de chefia familiar feminina adotado é o mesmo utilizado por Carloto (2005) – o desenvolvido por Youssef e Hetler apud Carvalho<sup>5</sup> que diferencia chefia de jure e de facto.

Uma que vez que, no Brasil, a maioria das mulheres chefes de família encontra-se em situação de vulnerabilidade social, reforça-se o fenômeno denominado feminização da pobreza. Entretanto, a chefia familiar feminina não pode ser considerada um indicador de maior pobreza das mulheres, mas sim um fator de maior vulnerabilidade.

Com relação ao reconhecimento da chefia, as mulheres frequentemente se consideram chefes de família porque assumiam a responsabilidade com os cuidados da casa e com os filhos. De modo que para essas mulheres, caso o companheiro estivesse presente, ele seria considerado o chefe. Ao mesmo tempo, a autora destaca que o estudo de Mendes (2002) sinaliza mudanças com relação às concepções tradicionais de gênero, pois a posição da mulher altera-se comparada a uma situação de dependência, em que o homem-marido tomava todas as decisões.

Mendes (2002) afirma que, de acordo com Berquó (2002), as chefias femininas crescem no país como um todo, é um fenômeno tipicamente urbano, a maioria é do tipo monoparental, destacam-se as mulheres mais jovens, separadas, negras, mais pobres e com baixo grau de escolaridade. Ela afirma que a própria condição de pobreza, e muitas vezes

---

<sup>5</sup> CARVALHO, Luiza. Famílias Chefiadas por Mulheres: relevância para uma política social dirigida. In: *Revista Serviço Social e Sociedade* n.º 57, Ano XIX, Julho de 1998, Ed. Cortez, São Paulo.

miséria, conduz as mulheres ao mercado de trabalho em situações que vão desde o compartilhar a manutenção da casa com o companheiro, até responsabilizar-se sozinha pelo domicílio.

Segundo dados do censo do IBGE (2000), as famílias chefiadas por mulheres representam 24,9% dos domicílios brasileiros. O nordeste é a região brasileira que apresenta a maior proporção de domicílios chefiados por mulheres, com 25,9%, acompanhado da região sudeste com 25,6%.

Para Mendes, a relação entre trabalho e emancipação feminina parece convergir mais nas camadas médias do que nas camadas populares; nessa, o elemento motivador e primordial do ingresso ao trabalho é, na maioria das vezes, a luta pela sobrevivência. As mulheres das camadas mais pobres, além de possuírem um baixo nível educacional e de qualificação, estão inseridas em grande parte no mercado informal, em péssimas condições de trabalho e salários. Já as mulheres provenientes das camadas médias e altas são geralmente melhor instruídas e qualificadas para enfrentar as novas exigências do mercado.

A autora afirma que o próprio entendimento do termo “chefia feminina” é, geralmente, associado à negação da chafia masculina, seja pela ausência do parceiro no domicílio, seja pela condição de viúvas, mães solteiras, ou separadas com dependentes. Outras questões que se colocam ainda como fundamentais para o entendimento da “chefia”, são aquelas relacionadas à necessidade de delimitação das categorias consideradas na análise, como por exemplo, a referência que se toma para falar de chafia é o grupo doméstico ou a família? Que modelos de família são considerados? A chafia deve estar sempre relacionada à provisão econômica, ou diz respeito também à autoridade? Ocorre chafia feminina com a presença masculina no domicílio?

Assim, é necessário explorar a condição da chafia feminina, analisando as relações de gênero que são constituídas, remodeladas e conservadas sob a condição dessa chafia, como também as posturas femininas mediante a responsabilidade e multiplicidade de papéis. Para isso, a autora utiliza dados de uma pesquisa qualitativa, em nível de mestrado, realizada com mulheres líderes comunitárias que moram em áreas ZEIS<sup>6</sup>, da cidade do Recife-PE e que

---

<sup>6</sup> “As áreas ZEIS-Zonas Especiais de Interesse Social são consideradas áreas faveladas, que são assistidas pelo PREZEIS-Programa de Regularização das ZEIS, um programa municipal de assistência a essas áreas carentes de infra-estrutura básica e de legalização. É um modelo de gestão participativa, criado com a finalidade de regularizar e urbanizar essas áreas através da participação conjunta da prefeitura e setores da sociedade civil (URB, membros do movimento popular e ONGs) nos processos decisórios”. (MENDES, M. A. Mulheres Chefes de Família: a complexidade e ambiguidade da questão. **XIII Encontro da Associação Brasileira de Estudos Populacionais**, 2002, pg 3, notas de rodapé)

representam suas comunidades junto ao PREZEIS, um Programa Municipal de Regularização e Urbanização dessas áreas.

Ela delimita a chefia familiar feminina em três tipos de categorias: a) aquela que se define pela ausência do parceiro sem necessariamente acontecer a manutenção feminina; b) aquela em que há a ausência masculina e a manutenção feminina, c) aquela em que há a manutenção feminina, não implicando necessariamente a ausência masculina. A última alternativa, acima, foi a predominante (67,86%) na pesquisa realizada com mulheres moradoras de favelas na cidade do Recife, seguida da alternativa “b” com 32,14%.

As 28 representantes comunitárias entrevistadas situavam-se no intervalo dos 25 aos 60 anos, destacando-se o intervalo de 40 a 50 anos, corroborando a afirmação de estudiosos a respeito do ingresso das mulheres mais idosas no mercado de trabalho. O nível de escolaridade destas mulheres oscila entre o ensino fundamental completo e incompleto. O ganho das referidas representantes provinha da ajuda de custo fornecida pelo PREZEIS e de outras atividades que executavam no mercado informal.

A situação de exclusão dos companheiros do mercado de trabalho e o baixo poder aquisitivo desses, as levaram a cobrir as necessidades domiciliares dentro de um vasto leque de opções de serviços informais. Os maridos, na maioria, se ocupavam em fazer “bicos”. A situação estática dos companheiros em relação ao trabalho, deixava as mulheres constrangidas diante do público em geral e justificavam a permanência diária dos mesmos em casa, relacionando-a ao seu precário estado de saúde.

Observa-se, assim, mais do que a importância do trabalho como “substrato da identidade masculina”, o estabelecimento tradicional da divisão sexual do trabalho na esfera doméstica. A condição de desempregados dos maridos e a situação conjugal das líderes comunitárias acabaram caracterizando como predominante a mencionada chefia do tipo “manutenção feminina com a presença do parceiro no domicílio”. Essas mulheres recebiam uma ajuda de custo de R\$ 100,58.

O peso da tradição acaba dificultando e encobrindo as alterações de papéis e poder de decisão dentro do domicílio. As mulheres tentam adaptar e remediar a nova situação por elas experienciada às normas tradicionais de códigos morais que delegam aos homens atitudes consideradas de chefes da família, a autoridade sobre os membros da família.

Ainda que a maioria se assumisse como chefes, muitas atribuíam ao companheiro a chefia da casa, embora reconhecendo serem elas as responsáveis pela manutenção financeira do domicílio. Quando perguntadas sobre quem decidia as coisas em casa, a resposta da grande maioria indicava ser o casal, outras afirmaram ser delas a palavra final, o que demonstra, nas

duas situações, a ocorrência de alterações na posição da mulher no lar, se comparada a uma situação de dependência de outrora.

A autora observa que está incrustado no próprio termo chefia, o peso da tradição que remete a valores machistas, ou seja, ao homem cabe melhor a chefia porque essa diz respeito a uma autoridade e responsabilidade mais ampla, indo além do âmbito domiciliar para englobar a família e o espaço público. Quando se trata das decisões no domicílio, o equivalente é a mulher, visto que se trata da responsabilidade e autoridade sobre a casa, tradicionalmente extensão das tarefas femininas.

Essas mulheres, que trabalham fora e mantêm os seus domicílios, continuam sendo responsáveis pelos serviços domésticos, cuidados com a casa, e com os filhos. Assim, a administração da casa e filhos continua ainda sob a responsabilidade da mulher, o que faz com que a sua carga de trabalho seja não só duplicada, mas quadruplicada, exercendo a um só tempo papéis distintos, que requerem eles próprios suas atividades específicas, quais sejam, o de líder comunitária, trabalhadoras avulsas, dona de casa, mãe e esposa.

O artigo conclui que a questão “Mulheres Chefes de Família” mostra-se complexa, tanto no que diz respeito ao seu entendimento, como ao seu estabelecimento, pois engloba várias questões subjacentes, como poder econômico, poder de decisão, modelo familiar e relações de gênero. Além disso, a situação de pobreza e miséria é um dos fatores que faz vir à tona a chefia feminina no tocante à provisão financeira feminina, o que não necessariamente está associada a uma questão de emancipação ou autonomia feminina, embora não signifique dizer que esta não esteja presente nesses casos.

Para analisar a situação das mulheres chefes de família sem cônjuge, mas com filhos, por estado civil, Azevedo, Magalhães e Lazo (2011) utilizam a definição do termo “chefia feminina” de Berquó (2002), que afirma que o termo pode referir-se aos seguintes grupos de mulheres:

*“1- uma mulher solteira, separada ou viúva, com filhos, tendo ou não parentes e/ou agregados”;*

*“2- mulher solteira, separada ou viúva, sem filhos morando em casa, ou porque não os teve, ou porque, adultos, já saíram de casa ou já faleceram, tendo ou não parentes e/ou agregados vivendo no domicílio”;*

*“3 - mulher solteira, separada ou viúva, morando sozinha”;*

*“4 - mulher casada chefiando a família mesmo tendo um marido ou companheiro morando em casa”.* (Berquó, 2002, p.246).

As autoras destacam que a informação referente à chefia do domicílio é coletada pela PNAD com base nas respostas dos moradores que aceitam colaborar com o questionário. Essa definição pode estar relacionada tanto à renda quanto à manutenção da residência ou até ao cuidado com os outros membros residentes no domicílio.

O recorte do estudo são as chefes de família que já estiveram casadas legalmente e que hoje estão separadas, legalmente ou não. Assim, foram cruzados os dados de chefia feminina com o estado civil das mulheres e concluiu-se que, para o ano de 2009, as solteiras são a maior porcentagem das chefes, com 31%, seguida das viúvas com 27%. Logo após estão as casadas, ou seja, separadas de fato, 25%. A porcentagem de chefes mulheres divorciadas e separadas judicialmente é pequena, se comparadas com os demais estados civis: 9% e 8%.

O tipo de domicílio mais comum no Brasil (65%) ainda é o domicílio biparental, que inclui pai, mãe e filhos. Os monoparentais representam 18% do total, sendo que, dentre eles, 16% são chefiados por mulher. Dentro desses, a maior porcentagem dessas chefes de domicílio são viúvas, com percentual de aproximadamente 33%, seguido das solteiras, com 32,5%. As divorciadas, separadas judicialmente e as separadas de fato – representam 13,4%, 12,2% e 8,8%, respectivamente.

Com relação à faixa etária, as solteiras apresentam as maiores porcentagens nas faixas etárias de 26 a 55 anos, somando 79% dos casos. A mesma faixa etária (entre 26 e 55 anos) é encontrada com as maiores porcentagens entre as chefes separadas judicialmente, somando 77,5%. Entre as separadas de fato e divorciadas as faixas que apresentam maiores porcentagem são de 36 a 65 anos, sendo 75,3% e 83,6%, respectivamente. As viúvas estão mais concentradas nas faixas etárias mais avançadas, sendo que 90% das viúvas têm mais de 46 anos de idade.

Referente aos dados de anos de estudo, as autoras esclarecem que a classificação da variável “anos de estudo” foi, de acordo com a PNAD (2009), criada em “função da série e do grau que a pessoa estava frequentando ou havia frequentado, considerando a última série concluída com aprovação. Foi feita a correspondência de maneira que cada série concluída com aprovação correspondeu a 1 ano de estudo. A contagem dos anos de estudo teve início em 1 ano, a partir da primeira série concluída com aprovação de curso de ensino fundamental (com duração de 8 anos), de primeiro grau ou elementar; em 5 anos de estudo, a partir da primeira série concluída com aprovação de curso de médio primeiro ciclo; em 9 anos de estudo, a partir da primeira série concluída com aprovação de curso de ensino médio, de segundo grau ou de médio segundo ciclo; em 12 anos de estudo, a partir da primeira série concluída com aprovação de curso superior de graduação”.

Elas observaram que a maioria das mulheres chefes de domicílios monoparentais sem instrução, com menos de 1 ano de estudo e de 1 a 3 anos de estudo, são as viúvas. A faixa de 4 anos de estudo caracteriza o término do antigo ensino primário; dentre as que estão nessa faixa, mais de um milhão de chefes, 45% são viúvas, seguidas das solteiras com 27%. Com 8 anos caracteriza o término do ensino fundamental, e a maior porcentagem está entre as solteiras, com 35%. Com 11 anos de estudo quer dizer que a chefe terminou o ensino médio (antigo 2º grau) e é nessa faixa que se encontra a maior porcentagem de mulheres (19% do total). Entre as que possuem tempo de estudo superior a 15 anos, concentram-se as solteiras (29,6%), e as divorciadas (28,8%).

Com relação ao salário, mais de 50% das chefes do estudo estão classificadas como sem rendimento até 1 salário mínimo; apenas 3% tem rendimento mensal domiciliar *per capita* acima de 5 salários mínimos.

As autoras observaram que outro dado relevante na análise das diferenças entre as famílias monoparentais de chefia feminina é a cor da pele das chefes, uma vez que a distribuição dos estados civis têm relação com a cor da chefe. As mulheres chefes que são brancas são 35% de viúvas, 26% de solteiras, 14% separadas judicialmente, 17% divorciadas e apenas 8% casadas. Para as chefes pardas, a porcentagem de solteiras é o mais elevado, 41%, 31% são viúvas, cerca de 10% entre as casadas, separadas e divorciadas. As negras apresentam maior porcentagem nas chefes viúvas, 30%, seguido das solteiras, com 28%. Entre as demais chefes, o percentual fica em torno de 10%.

Por fim, são apresentados dados sobre os filhos das chefes de família. 33% dos filhos estão em domicílios com chefe solteira; 31% dos filhos moram com chefes viúvas, 13% com as separadas, também 13% com as divorciadas, e 10% dos filhos moram com as chefes de domicílio separadas de fato. Os filhos estão mais concentrados nas faixas de 10 a 24 anos, somando um total de quase 50%. A faixa entre 15 e 19 anos é visivelmente a faixa com maior porcentagem, chegando a 18% do total. Os filhos menores, de 0 a 4 anos, apenas 6,6%. Aproximadamente 18% dos filhos das chefes de família não tem instrução ou tem menos de um ano de estudo. Isto pode estar associado à baixa idade, mas as autoras destacam que este dado não foi verificado com precisão. As chefes solteiras têm filhos com menor escolaridade que as demais. As divorciadas por sua vez são as que apresentam filhos com mais anos de estudo, o que pode estar associado também à maior escolaridade da mãe divorciada.

Baseando-se nos trabalhos apresentados, é possível concluir que o conceito de chefia familiar está evoluindo para que se identifique como chefe a pessoa que é responsável pela

família. No entanto, a chefia familiar feminina ainda pode estar associada a normas culturais que impedem que a mulher seja chefe de família na presença de um homem. Quando isso se sucede, as mulheres apenas são consideradas chefes em famílias monoparentais, e associa-se a essas famílias a ocorrência da feminização da pobreza.

A pluralidade das famílias chefiadas por mulheres deve ser considerada na concepção de políticas públicas, pois as convenções de gênero podem levar a resistências nas mudanças de relações de poder intrafamiliares. Além disso, a responsabilização das mulheres pelos afazeres domésticos independe da posição ocupada pela mulher na família, aumentando a carga de trabalho e responsabilidades da mesma. Dessa maneira, é importante romper com as convenções de gênero, para que homens e mulheres dos diversos tipos familiares estejam condições igualitárias no mercado de trabalho e no ambiente doméstico.

Esses diferentes arranjos familiares afetam os resultados educacionais dos filhos. Famílias maiores estão relacionadas e menos anos de estudo, enquanto o emprego materno afeta a maneira que as crianças fazem uso do tempo durante o ano letivo. Por fim, evidencia-se a importância da educação dos pais, que é positivamente relacionada a atividades educacionais dos filhos; pais com maior educação despendem mais recursos na educação de seus filhos. Outro ponto observado é que mães com ensino superior passam mais tempo em atividades rotineiras e interativas e mais tempo em geral com seus filhos do que as mães menos escolarizadas, possivelmente porque maior nível educacional se traduz e maior consciência da importância dos investimentos das mães na educação dos filhos.

## 4 AVALIAÇÃO EMPÍRICA DA CHEFIA FEMININA NA EDUCAÇÃO DOS FILHOS

Em concordância com o objetivo principal deste trabalho – verificar se o fato da mulher ser chefe de família influencia na educação dos filhos – estimar-se-á um modelo econométrico que busca analisar possíveis diferenças na educação dos filhos entre famílias chefiadas por mulheres, sejam essas chefes devido à feminização da pobreza ou à maior escolaridade, e entre famílias tradicionais.

Esse capítulo está organizado em 5 subseções: a primeira apresenta as hipóteses deste trabalho, também apresentadas na introdução do mesmo; a segunda discute o modelo proposto; a terceira fala sobre a base de dados utilizada; a quarta expõe a construção das variáveis do modelo; e, por fim, a quinta apresenta os resultados das regressões.

### 4.1 Hipóteses

As hipóteses do presente trabalho, baseadas nos objetivos específicos, apresentados na introdução deste trabalho, são:

- a) Aumento no número de famílias chefiadas por mulheres em comparação à década anterior;
- b) Existência de diferença educacional dos filhos, considerando duas mulheres com a mesma educação, uma sendo chefe de família e a outra fazendo parte de uma família tradicional;
- c) Se a mulher é chefe de família associado ao fato da feminização da pobreza, a educação dos filhos será menor do que seria a de filhos de uma mulher com a mesma educação, que faz parte de uma família tradicional;
- d) Em domicílios chefiados por mulheres há maior participação dos filhos no mercado de trabalho; essa participação faz com que os filhos tenham menor educação.

### 4.2 Modelo

A análise será realizada a partir de uma regressão linear, através do *software* IBM SPSS Statistics 20. O modelo básico é uma regressão na forma:

*Educ filhos = f(educ mãe, tipo família, merc trabalho filho, merc trabalho mãe, idade filho, idade mãe, chefe mãe alta educ, renda familiar total, tamanho família)*

onde,

*Educ filhos* é a educação dos filhos em anos de estudo;

*educ mãe* é a educação da mãe em anos de estudo. Espera-se que o coeficiente dessa variável tenha sinal positivo, pois é esperado que quanto maior a educação da mãe, maior a educação do filho;

*tipo família* traz a informação da tipologia da família – essa variável é uma dummy com valor 1 para o caso de a família ser chefiada por mulher, e 0, caso contrário. O coeficiente dessa variável é esperado com sinal negativo, uma vez que as famílias chefiadas por mulheres são em sua maioria monoparentais e associadas à feminização da pobreza, e assim, têm menor educação;

*merc trabalho filho* informa se o filho participa ou não do mercado de trabalho; essa variável será de tipo dummy com valor 1 caso participe, e 0, caso contrário. O coeficiente dessa variável deve ser positivo, uma vez que filhos que participam do mercado de trabalho possivelmente são mais velhos e, com isso, têm mais anos possíveis de estudo;

*merc trabalho mãe* informa se a mãe participa ou não do mercado de trabalho – essa variável será de tipo dummy com valor 1 caso participe, e 0, caso contrário. Da mesma forma que a variável de participação do filho no mercado de trabalho, o coeficiente dessa variável deve ser positivo, pois espera-se que uma maior participação das mães no mercado de trabalho signifique que elas têm maior educação, e quanto maior a educação da mãe, maior a educação do filho;

*idade filho* é a idade do filho. Espera-se que o coeficiente dessa variável seja positivo, pois quanto maior a idade do indivíduo, mais anos possíveis de estudo ele possui;

*idade mãe* é a idade da mãe. Da mesma forma que a idade do filho, espera-se que o coeficiente dessa variável seja positivo, pois quanto maior a idade do indivíduo, mais anos possíveis de estudo;

*chefe mãe alta educ* informa se a mulher chefe de família possui alta educação. O sinal esperado para o coeficiente dessa variável é positivo, pois quanto maior a educação a mãe, maior a educação do filho;

*renda familiar* é a variável que apresenta a renda familiar total. O esperado é que o coeficiente dessa variável tenha sinal positivo, pois acredita-se que quanto maior a renda familiar, maior será a educação dos filhos;

*tamanho família* é a variável com o número de indivíduos que compõe uma família. Espera-se sinal negativo para o coeficiente dessa variável, uma vez que quanto maior a família, menor é o tempo disponível que os pais têm para interagir com os filhos e menor a renda per capita;

### 4.3 Base de Dados

O banco de dados utilizado neste trabalho foi organizado a partir dos dados da Pesquisa de Emprego e Desemprego da região metropolitana de Porto Alegre nos anos de 1996, 2006 e 2016. A Pesquisa de Emprego e Desemprego é realizada mensalmente, sem qualquer interrupção da coleta, análise e divulgação de suas informações desde 1993.

A PED é uma pesquisa amostral domiciliar, feita com todos os membros dos domicílios selecionados. As informações permitem tanto o acompanhamento conjuntural do mercado de trabalho metropolitano quanto à realização de estudos em profundidade de segmentos ou aspectos específicos desse mercado, por meio do acúmulo de informações para períodos mais amplos.

Por razões de custo, a amostra mínima prevista para garantir a precisão desejada dos indicadores não é levantada em um único mês, mas distribuída ao longo de três meses. Entretanto, os principais indicadores são divulgados mensalmente, sendo que as estatísticas correspondem à agregação dos dados amostrais de três meses consecutivos. As amostras mensais são independentes, ou seja, não se repetem domicílios. Cada registro da base de dados da PED Metropolitana representa um indivíduo.

Para realização do trabalho, os seguintes conceitos<sup>7</sup> básicos serão utilizados como definidos pela PED:

- Desempregados: São indivíduos que se encontram numa situação involuntária de não-trabalho, por falta de oportunidade de trabalho, ou que exercem trabalhos irregulares com desejo de mudança. Há três tipos de desemprego:
  - desemprego aberto: pessoas que procuraram trabalho de maneira efetiva nos 30 dias anteriores ao da entrevista e não exerceram nenhum trabalho nos sete últimos dias;
  - desemprego oculto pelo trabalho precário: pessoas que realizam trabalhos precários – algum trabalho remunerado ocasional de auto-ocupação – ou pessoas que realizam trabalho não-remunerado em ajuda a negócios de parentes e que procuraram mudar de trabalho nos 30 dias anteriores ao da

---

<sup>7</sup> Os conceitos apresentados nesta subseção foram retirados da documentação da base de dados, que pode ser encontrada em <http://ped.fee.tche.br/microdados/>.

entrevista ou que, não tendo procurado neste período, o fizeram sem êxito até 12 meses atrás;

- desemprego oculto pelo desalento: pessoas que não possuem trabalho e nem procuraram nos últimos 30 dias anteriores ao da entrevista, por desestímulos do mercado de trabalho ou por circunstâncias fortuitas, mas apresentaram procura efetiva de trabalho nos últimos 12 meses.

A conceituação de desempregados é relevante para a construção das variáveis “*merc trabalho filho*” e “*merc trabalho mãe*”. As pessoas desempregadas serão consideradas com valor 1 na variável dummy, pois participam do mercado de trabalho, estando involuntariamente desempregadas.

- Domicílio: Trata-se do local de moradia, constituído por um ou mais cômodos, com entrada independente e separação. Entende-se por entrada independente, no domicílio, o acesso direto à moradia, sem passagem por cômodos destinados à moradia de outras pessoas e, por separação, a delimitação do local de moradia por paredes, muro, cerca, etc., o qual deve ser coberto por um teto, permitindo às famílias ou às pessoas que o habitam isolarem-se das demais.
- Família: Conjunto de pessoas residentes em um domicílio ligadas por laços de parentesco (consanguinidade, adoção ou afinidade), podendo ainda ser integrado por outros indivíduos não parentes entre si, assim como a pessoa que vive só ou qualquer grupo de no máximo cinco pessoas não aparentadas que residem no mesmo domicílio.
- Inativos (de dez anos ou mais): Parcela que não está ocupada ou desempregada. Incluem-se as pessoas sem procura de trabalho que, nos últimos 30 dias, realizaram algum trabalho de forma excepcional porque lhes sobrou tempo de seus afazeres principais.

Esse conceito é importante para a construção das variáveis “*merc trabalho filho*” e “*merc trabalho mãe*”. As pessoas inativas terão valor 0 na variável dummy, por não participarem do mercado de trabalho de forma voluntária.

- Ocupados: São os indivíduos que, nos sete dias anteriores ao da entrevista, possuem trabalho remunerado exercido regularmente, com ou sem procura de trabalho; ou que, neste período, possuem trabalho remunerado exercido de forma irregular, desde que não tenham procurado trabalho diferente do atual; ou possuem trabalho não-remunerado de ajuda em negócios de parentes, ou remunerado em

espécie/benefício, sem procura de trabalho. Excluem-se as pessoas que nos últimos sete dias realizaram algum trabalho de forma excepcional.

Da mesma forma que os desempregados, estes também serão considerados com valor 1 nas variáveis dummy “*merc trabalho filho*” e “*merc trabalho mãe*”.

- Posição no Domicílio e na Família: Cada indivíduo possui uma posição no domicílio ou na família, segundo sua relação com o chefe do domicílio e da família:
  - chefe do domicílio e da família: morador (homem ou mulher) considerado pelos demais como o responsável pelo domicílio (ou pela família);
  - cônjuge: morador que vive conjugalmente com o chefe, independentemente do reconhecimento legal deste vínculo;
  - filho: morador(a) filho(a), filho(a) adotivo(a), enteado(a) ou de criação do chefe e/ou do seu cônjuge;
  - outro parente: morador com algum laço de parentesco com o chefe ou com seu cônjuge;
  - agregado: morador que não é parente do chefe ou do seu cônjuge e que não paga pensão;
  - pensionista: morador não parente que paga hospedagem;
  - empregado doméstico: morador que presta serviços de forma remunerada à família do chefe e que dorme no domicílio;
  - parente do empregado doméstico: morador que tem laços de parentesco com o empregado doméstico e que não presta serviço remunerado à família com a qual reside.
- Rendimentos do Trabalho: Rendimento monetário bruto (sem descontos de imposto de renda e previdência social) efetivamente recebido pelo ocupado, referente ao trabalho realizado no mês imediatamente anterior ao da entrevista.

#### 4.4 Resultados

Inicialmente, observou-se a base de dados e constatou-se um aumento de famílias chefiadas por mulheres em relação ao período anterior (Tabela 1). Esse resultado, conforme esperado, é condizente com os apresentados em trabalhos anteriores.

Tabela 1: Percentual de Famílias Chefiadas por Mulheres

	Dados 1996	Dados 2006	Dados 2016
Chefe mulher	17,8%	25%	34,7%
Chefe homem	82,2%	75%	65,3%
Amostra	72.048	83.443	53.035

Ao cruzarmos os dados entre chefia familiar feminina e participação dos filhos no mercado de trabalho (Tabela 2), viu-se que, conforme o esperado, não há uma maior participação dos filhos no mercado de trabalho para famílias chefiadas por mulheres. Esse resultado confirma o apresentado por Joshi (2004), no qual crianças vindas de famílias chefiadas por viúvas eram mais propensas a trabalhar fora de casa.

Tabela 2: Chefia Feminina e Participação do Filho no Mercado de Trabalho

	Dados 1996		Dados 2006		Dados 2016	
	Chefe Mulher	Chefe Homem	Chefe Mulher	Chefe Homem	Chefe Mulher	Chefe Homem
Participa	43%	23%	45%	28%	40%	28%
Não Participa	57%	77%	55%	72%	60%	72%
Amostra	5.568	24.724	8.471	22.972	6.393	10.503

Tendo por base os trabalhos apresentados ao longo dos capítulos 2 e 3 e conhecendo as particularidades da base de dados, estimou-se a regressão para os anos de 1996, 2006 e 2016. Esses anos foram escolhidos para que se tivesse a visualização das mudanças ao longo do tempo. Abaixo, apresentam-se os resultados da regressão.

Tabela 3: Coeficientes da Regressão

	Dados 1996		Dados 2006		Dados 2016	
	Coeficiente	Erro Padrão	Coeficiente	Erro Padrão	Coeficiente	Erro Padrão
Constante	-1,356*	0,089	-1,721*	0,105	-2,078	0,173
Educ Mãe	0,197*	0,005	0,213*	0,005	0,213*	0,008
Tipo Família	-0,806*	0,043	-0,758*	0,04	-0,587	0,055
Merc Trabalho Filho	1,981*	0,043	3,299*	0,043	3,154*	0,062
Merc Trabalho Mãe	0,284*	0,031	0,383*	0,033	0,680*	0,051
Idade Filho	0,278*	0,003	0,23*	0,003	0,217*	0,004
Idade Mãe	0,014*	0,002	0,025*	0,002	0,033*	0,003
Chefe Mãe Alta Educ	0,946*	0,129	1,06*	0,1	0,677*	0,123
Renda Familiar Total	0,000	0,000	0,000	0,000	-0,000005674	0,000
Tamanho da Família	-0,081*	0,009	-0,034*	0,011	0,071*	0,019
N		29.709		30.491		16.328
R-quadrado		0,628		0,659		0,616
Estatística F		5.559,46		6.548,18		2.914,54

\* Variáveis significantes no modelo

O R-quadrado é uma medida da proporção da variância da variável dependente que está sendo explicada pelas variáveis independentes; para todos os anos, no modelo proposto, essa proporção está acima de 60%. As Estatísticas F das regressões realizadas rejeitam a hipótese nula de que todos os coeficientes são iguais a zero.

Fundamentando-se nos sinais dos coeficientes estimados, conclui-se que dentre as variáveis independentes do modelo, a renda familiar não é significativa para o modelo.

A educação da mãe tem coeficiente com sinal positivo, conforme esperado. Esse resultado está em concordância com o estudo de Kendig e Bianchi (2008), que afirmam que mães com ensino superior passam mais tempo em atividades rotineiras e interativas e mais tempo em geral com seus filhos do que as mães menos escolarizadas, devido a um possível aumento na consciência da importância dos investimentos das mães na educação dos filhos.

O sinal negativo do coeficiente estimado para a variável “tipo família”, que informa se a família é chefiada por mulher ou não, está de acordo com o previsto, uma vez que as famílias chefiadas por mulheres são muitas vezes monoparentais e resultado da feminização da pobreza (Fontoura e Pedrosa, 2010, e Santos, 2008). Além disso, ainda que o conceito de chefia esteja mudando para “pessoa responsável pelo lar”, a existência de um homem na família faz com que, tradicionalmente, os demais membros o apontem como chefe; por isso, as famílias biparentais normalmente reconhecem a chefia masculina (Carloto, 2005).

Em conformidade com o esperado, o coeficiente da participação do filho no mercado de trabalho tem sinal positivo. A participação do filho no mercado de trabalho deve estar relacionada com sua idade – filhos mais velhos participarão do mercado de trabalho, enquanto filhos mais novos não. Quanto mais velho o indivíduo, mais anos possíveis de estudo.

O coeficiente da variável da participação da mãe no mercado de trabalho, semelhantemente ao da variável de participação do filho no mercado de trabalho, tem sinal positivo. Este resultado está de acordo com o esperado, pois mães que participam do mercado de trabalho são mães com maior educação, e quanto maior a educação da mãe, maior a educação do filho. Por outro lado, Hoffert e Sandberg (2001) destacam que quando a mãe é empregada as crianças passam mais tempo na creche do que em atividades estruturadas – que estão ligadas ao desenvolvimento cognitivo e emocional –, atividades familiares – associadas a menos problemas comportamentais –, e atividades educacionais.

O sinal positivo do coeficiente da variável que mostra a idade do filho condiz com o esperado no trabalho, pois quanto maior a idade, mais anos possíveis de estudo. O mesmo ocorre com o coeficiente da variável que mostra a idade da mãe, que igualmente tem sinal positivo.

O sinal positivo verificado na variável da mulher ser chefe de família combinada com ter alta educação está de acordo com o esperado no trabalho, de que mães com maior escolaridade, têm filhos com maior escolaridade (Bourguignon, Ferreira e Menéndez, 2007, e Hofferth e Sandberg, 2001). Zhan e Sherraden (2002) destacam que a educação das mães – em especial, mães com ensino superior – afeta significativamente a probabilidade de o filho terminar o ensino médio e seu desempenho educacional como um todo.

Por fim, observa-se que o sinal negativo do coeficiente da variável que mostra o tamanho família, para os anos de 1996 e 2006, está de acordo com o esperado. Já o sinal positivo do coeficiente da variável para o ano de 2016 não está em concordância com o esperado. Conforme constatado por Hofferth e Sandberg (2001), o tamanho da família, bem como sua estrutura, afeta a capacidade dos pais de monitorar seus filhos e a disponibilidade de serem companheiros de brincadeiras. A mesma constatação já havia sido feita por Aquilino (1996), que destaca que ter irmãos e ter uma família grande diminuiu a probabilidade do indivíduo de estudar além do ensino médio.

## 5 CONCLUSÃO

O modelo de família nuclear começou a se consolidar por volta do século XVII (Carloto, 2005) e estabeleceu uma rígida divisão sexual dos papéis e atribuições, sendo o espaço doméstico-familiar designado para a mulher e a socialização do trabalho, para o homem. A partir dessa divisão, o homem passou a ser visto como o chefe provedor e a mulher como a responsável pelo domicílio.

Esses papéis até então estavam definidos, passaram a ser questionados no período que sucedeu a Segunda Guerra Mundial. As mulheres haviam assumido os negócios familiares e a posição dos homens no trabalho. Isto, combinado com o surgimento de contraceptivos e da possibilidade do aborto e do divórcio, contribuiu para o declínio do modelo tradicional familiar (Borsa e Feil, 2008).

A partir desse declínio surge a “chefia feminina”, associada à negação da chefia masculina. Ou seja, na ausência do parceiro no domicílio – seja porque a mulher é viúva, mãe solteira, ou separada com dependentes – a mulher era vista como chefe de família. Assim, a família chefiada por mulheres era vista como uma anomalia, onde a própria discriminação da terminologia por gênero só existe em famílias cujas chefes são mulheres (Carloto, 2005).

Um fenômeno associado às famílias chefiadas por mulheres com a ausência de um cônjuge, é o da feminização da pobreza. Sendo a renda das mulheres muitas vezes inferior à renda dos homens, as fontes de renda da família são limitadas. Entretanto, a chefia feminina não pode ser indicador de maior pobreza da família, mas sim um fator de maior vulnerabilidade – marcada pela condição de gênero, classe e etnia. Desta forma, os *policy makers* devem estar cientes dessa vulnerabilidade ao traçarem suas propostas de políticas públicas (Zhan e Sherraden, 2002, e Pinheiro, Galiza e Fontoura, 2009).

No entanto, não é apenas das condições de empobrecimento que surgem as famílias chefiadas por mulheres, pois existiram processos sociais que melhoraram a posição relativa da mulher na sociedade. A heterogeneidade das famílias chefiadas por mulheres faz com que o conceito de chefe de família passe a ser visto como “morador considerado pelos demais como o responsável pela família”, e, portanto, a chefia feminina não precisa estar associada à ausência masculina no domicílio.

Ainda assim, alguns estudos evidenciam que há resistências a tais mudanças nas relações de poder internas à família (Montali, 2006), explicitando-se de forma mais clara nas famílias de baixa renda, onde, apesar das evidências na mudança do padrão de provisão, a

autoridade do homem é reivindicada como prerrogativa masculina, gerando conflitos, violência doméstica e alcoolismo masculino.

Essa resistência também pode ser observada na contínua responsabilização das mulheres pelos afazeres domésticos, fazendo com que se intensifiquem as assimetrias das relações de gênero (Soares, 2003): as mulheres acumulam funções com a dupla jornada e ainda ganham menos que os homens. É necessário romper com as tradicionais convenções de gênero para que os homens e mulheres possam ter liberdade de escolha e estar em condições igualitárias no mercado de trabalho e no ambiente doméstico.

Sabe-se que a educação dos pais tem grande influência na educação dos filhos (Bourguignon, Ferreira e Menéndez, 2007). Assim, esse trabalho teve por objetivo verificar se a chefia familiar feminina influencia na educação dos filhos, no período de 1996, 2006 e 2016, na região metropolitana de Porto Alegre. Para isso, construiu-se um modelo e processou-se a base de dados da PED – Pesquisa de Emprego e Desemprego -, utilizando o *software* IBM SPSS Statistics 20, em uma regressão linear.

Verificou-se um aumento no percentual de famílias chefiadas por mulheres, que passou de 17,8% em 1996 para 34,7% em 2016, representando um aumento de quase 17 pontos percentuais em duas décadas. Esse aumento está em conformidade com os trabalhos apresentados ao longo do capítulo 3, tais como Pinheiro, Galiza e Fontoura (2009), Montali (2006) e Fontoura e Pedrosa (2010).

Entre os resultados, destacam-se o sinal positivo para o coeficiente da variável da educação da mãe. O resultado é consistente com o estudo de Bourguignon, Ferreira e Menéndez (2007) e corrobora o estudo de Kendig e Bianchi (2008), que afirmam que mães com ensino superior passam mais tempo em atividades rotineiras e interativas e mais tempo em geral com seus filhos do que as mães menos escolarizadas, devido a um possível aumento na consciência da importância dos investimentos das mães na educação dos filhos.

Destaca-se também o sinal negativo do coeficiente estimado para família chefiada por mulher, uma vez que as famílias chefiadas por mulheres são muitas vezes monoparentais e resultado da feminização da pobreza (Fontoura e Pedrosa, 2010, e Santos, 2008). Além disso, ainda que o conceito de chefia esteja mudando para “pessoa responsável pelo lar”, a existência de um homem na família faz com que, tradicionalmente, os demais membros o apontem como chefe; por isso, as famílias biparentais normalmente reconhecem a chefia masculina (Carloto, 2005).

Por fim, o sinal positivo verificado na variável da mulher ser chefe de família combinada com ter alta educação reforça que quando as mães possuem maior escolaridade, os

filhos terão maior escolaridade (Bourguignon, Ferreira e Menéndez, 2007, e Hofferth e Sandberg, 2001), além de mostrar a importância do ensino superior da mãe no desempenho educacional dos filhos (Zhan e Sherraden, 2002).

Sugere-se que trabalhos futuros aprofundem-se na influência que as mulheres chefes de famílias devido a feminização da pobreza têm na educação dos filhos. Outros fatores a serem considerados em trabalhos posteriores são a raça – tanto da mãe, quanto do filho –, a profissão da mãe e a expectativa que a mãe tem para a educação do filho. Também é possível ampliar o período utilizado, além de expandir o estudo para as demais regiões do Brasil que utilizam os dados da PED, o que permitiria observar as diferenças entre regiões.

## REFERÊNCIAS

AQUILINO, W. S. The Life Course of a Children Born to Unmarried Mothers: Childhood Living Arrangements and Young Adult Outcomes. **Journal of Marriage and the Family**, Vol 58, Issue 2, pg 292-310. University of Wisconsin. May, 1996.

AZEVEDO, S. P.; MAGALHÃES, M. S.; LAZO, A. V. Famílias monoparentais chefiadas por mulher: faz diferença seu estado civil? **Anais II Simpósio Gênero e Políticas Públicas**. Universidade Estadual de Londrina, 2011.

BAMMEKE, F. Gender, household headship and children's educational performance in Nigeria: debunking the myth of poor performance in female-headed households. **African Population Studies**. Vol 24, 1&2, Department of Sociology, University of Lagos, Akoka, Lagos, Nigeria, 2010.

BERQUÓ, E. Perfil demográfico das chefias femininas no Brasil. In: BRUSCHINI, C.; UNBEHAUN, S. (Org.). **Gênero, Democracia e Sociedade Brasileira**. Rio de Janeiro: Fundação Carlos Chagas, 2002. pg 243-265.

BORSA, J.; FEIL, C. O papel da mulher no contexto familiar: uma breve reflexão. **Psicologia.com.pt**, v. 185, pg 1-12, 2008.

BOURGUIGNON, F.; FERREIRA, F. H. G.; MENÉNDEZ, M. Inequality of Opportunity in Brazil. In: **Review of Income and Wealth**, 2007.

BOUSHEY, H.; VAGUHL, K. Working mothers with infants and toddlers and the importance of family economic security. **Washington Center of Equitable Growth**, 2016

CARLOTO, C. M. A chefia familiar feminina nas famílias monoparentais em situação de extrema pobreza. In: **Textos & Contextos** vol. 4, ano IV, Porto Alegre, 2005.

CHANT, S. Re-thinking the "Feminization of Poverty" in Relation to Aggregate Gender Indices. **Journal of Human Development**. Vol. 7, No 2, July 2006

CUNNINGHAM, M. Changing Attitudes toward the Male Breadwinner, Female Homemaker Family Model: Influences of Women's Employment and Education over the Lifecourse. **Social Forces**, 2008, vol 87, pg 299-323.

DAVIS, S. N.; GREENSTEIN, T. N. Gender Ideology: Components, Predictors, and Consequences. **Annual Review of Sociology**, 2009, vol 35, pg 87-105.

FONTOURA, N.; PEDROSA, C. Primeiras análises: Investigando a chefia feminina de família. **Comunicado do Ipea nº 65**, 2010.

GUÉRIN, I. Sociologia econômica e relações de gênero. In: EMÍLIO, M. et al. (Org). **Trabalho e cidadania ativa para as mulheres: desafios para as Políticas Públicas**. São Paulo: Coordenadoria Especial da Mulher, 2003. pg 71-88

GLYNN, S.J. Breadwinning Mothers, Then and Now. **Center for American Progress**, 2014.

HIRATA, H.; KERGOAT, D. Novas Configurações da Divisão Sexual do Trabalho. In. **Cadernos de Pesquisa**, v. 37, n. 132, pg 595-609, set./dez. 2007

HIRATA, H.; ZARIFIAN, P. O conceito de trabalho. In: EMÍLIO, M. et al. (Org). **Trabalho e cidadania ativa para as mulheres: desafios para as Políticas Públicas**. São Paulo: Coordenadoria Especial da Mulher, 2003. pg 65-69

HOFFERTH, S. L.; SANDBERG, J. F. How American Children Spend Their Time. **Journal of Marriage and Family**, 2001, vol. 63, pg 295-308.

KABEER, N. Gender equality and women's empowerment: a critical analysis of the third Millennium Development Goal. **Gender and Development**. Vol. 13, No. 1, March 2005.

KENDIG, S. M.; BIANCHI, S. M. Single, Cohabiting, and Married Mothers' Time with Children. **Journal of Marriage and Family** 70, pg 1228-1240, University of Maryland, December, 2008.

JOSHI, S. Female Household-Headship in Rural Bangladesh: incidence, determinants and impact on children's schooling. **Center Discussion Paper** No. 894. Economic Growth Center, Yale University, September, 2004

LIMA, M. E. B. A Dimensão do Trabalho e da Cidadania das Mulheres no Mercado Globalizado. In: COSTA, A. A. et al. (Org). **Reconfiguração das relações de gênero no trabalho**. São Paulo: CUT, 2004. pg 53-59.

MENDES, M. A. Mulheres Chefes de Família: a complexidade e ambigüidade da questão. **XIII Encontro da Associação Brasileira de Estudos Populacionais**, 2002.

MONSERUD, M. A.; JR ELDER, G. H. Household Structure and Children's Educational Attainment: A Perspective on Coresidence with Grandparents. **J. Marriage Fam.** 73 (5), Oct, 2011.

MONTALI, L. Provedoras e co-provedoras: mulheres-cônjuge e mulheres-chefe de família sob a precarização do trabalho e o desemprego. **Rev. bras. estud. popul.** 2006, vol.23, n.2, pg.223-245.

NOVELLINO, M. S. F.; Os estudos sobre feminização da pobreza e políticas públicas para mulheres. **XIV Encontro Nacional de Estudos Populacionais**, 2004.

NOVELLINO, M. S. F.; BELCHIOR, J. R. Feminização e transmissão intergeracional da pobreza no Brasil. **XVI Encontro Nacional de Estudos Populacionais**, 2008.

PERRY-JENKINS, M.; GILLMAN, S. Parental Job Experiences and Children's Well-Being: The Case of Two-Parent and Single-Mother Working-Class Families. **Journal of Family and Economic Issues**, Vol. 21 (2), Human Sciences Prees, Inc. Summer, 2000.

PINHEIRO, L.; GALIZA, M.; FONTOURA, N. Novos arranjos familiares, velhas convenções sociais de gênero: a licença parental como política pública para lidar com estas tensões. **Revista Estudos Feministas**, 17(3): pg 851-859, setembro-dezembro/2009.

SANTOS, A. T. dos. Famílias chefiadas por mulheres: permanências e rupturas com as tradicionais concepções de gênero. In: **FAZENDO GÊNERO**, Florianópolis: UFSC, 2008.

SEGNINI, L. R. P. Mulheres, mães, desempregadas: contradições de uma condição social. In: EMÍLIO, M. et al. (Org). **Trabalho e cidadania ativa para as mulheres: desafios para as Políticas Públicas**. São Paulo: Coordenadoria Especial da Mulher, 2003. pg 31-52

SOARES, V. A construção da cidadania fragilizada da mulher. In: EMÍLIO, M. et al. (Org). **Trabalho e cidadania ativa para as mulheres: desafios para as Políticas Públicas**. São Paulo: Coordenadoria Especial da Mulher, 2003. pg 89-98

USDANSKY, M. L; PARKER, W. M. How Money Matters: College, Motherhood, Earnings, and Wives' Housework. **Journal of Family Issues**, 2001, vol 32, pg 1449-1473.

ZHAN, M.; SHERRADEN, M. Effects of Mothers' Assets on Expectations and Children's Educational Achievement in Female-Headed Households. **Working Paper 02-9**. Center for Social Development. Washington University, May, 2002.



Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul  
Pró-Reitoria de Graduação  
Av. Ipiranga, 6681 - Prédio 1 - 3º. andar  
Porto Alegre - RS - Brasil  
Fone: (51) 3320-3500 - Fax: (51) 3339-1564  
E-mail: [prograd@pucrs.br](mailto:prograd@pucrs.br)  
Site: [www.pucrs.br](http://www.pucrs.br)